

PROJETO FIPE | SDR
apoio técnico e logístico
ao planejamento e governança
para o desenvolvimento regional

**Reunião Conselho de Desenvolvimento
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**

Andrea Calabi | coordenador geral

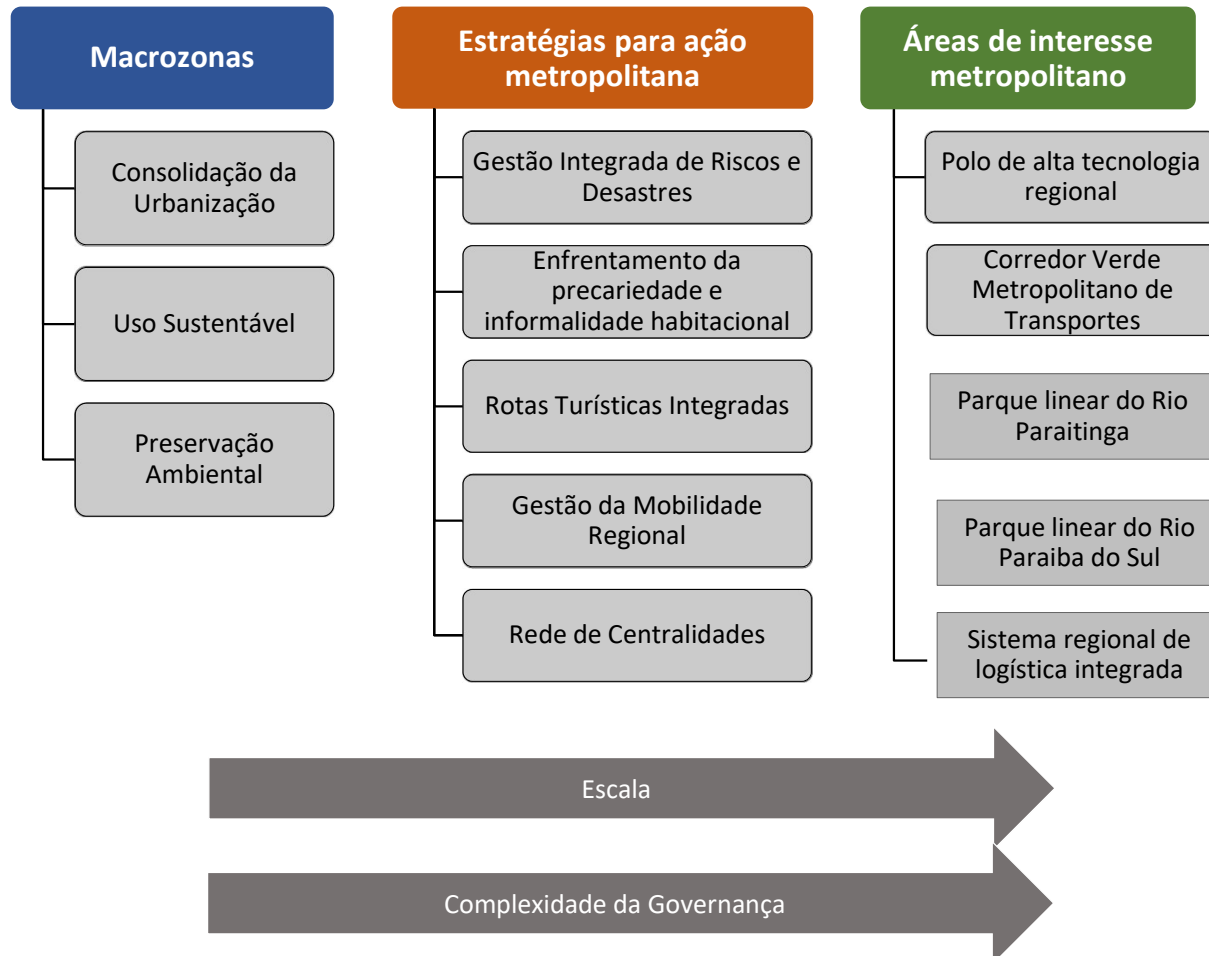
Junho/2022

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

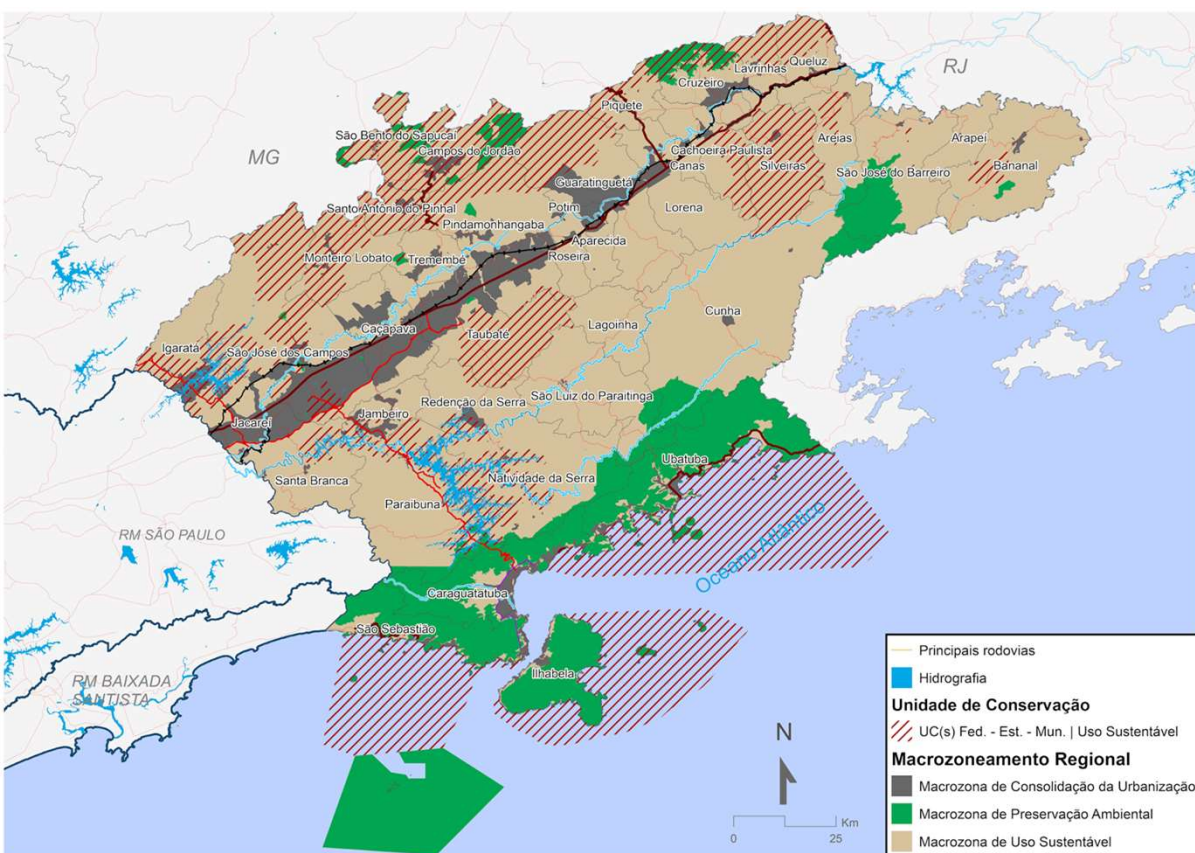
São objetos centrais do PDUI-RMP o **Ordenamento territorial da Unidade Regional**, e as diretrizes para as **Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs)**.

- O PDUI-RMVPLN deve definir diferentes níveis de orientação para o **ordenamento territorial** de áreas urbanas e rurais:
 - 1) **Macrozoneamento regional** – São diretrizes gerais, que oferecem as bases para articulação dos municípios quanto ao ordenamento territorial – parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e rural.
 - 2) **Estratégias para ação metropolitana** – Articulação setorial das políticas públicas que afetam a qualidade do território regionalmente.
 - 3) **Áreas de interesse metropolitano** – Porções do território sujeitas a controles especiais, por meio de planos de intervenção urbana.
- **Funções públicas de interesse comum** – são aquelas que ultrapassam os domínios de um município, cujos temas estão expressos na lei de criação da região metropolitana.

Proposta Final de Ordenamento Territorial da RMVPLN



Proposta Final de Macrozoneamento da RMVPLN



❖ Macrozona de Consolidação da Urbanização

Objetivo: abrigar a urbanização de acordo com os condicionantes do sítio físico, da infraestrutura instalada e da legislação ambiental vigente.

Composição: zonas urbanas municipais; zonas Z4, Z5OD e Z5 do ZEEC-LN; APPs Código Florestal.

❖ Macrozona de Uso Sustentável

Objetivo: Conciliar a conservação do patrimônio socioambiental e seus serviços ecossistêmicos com o desenvolvimento de atividades urbanas e rurais.

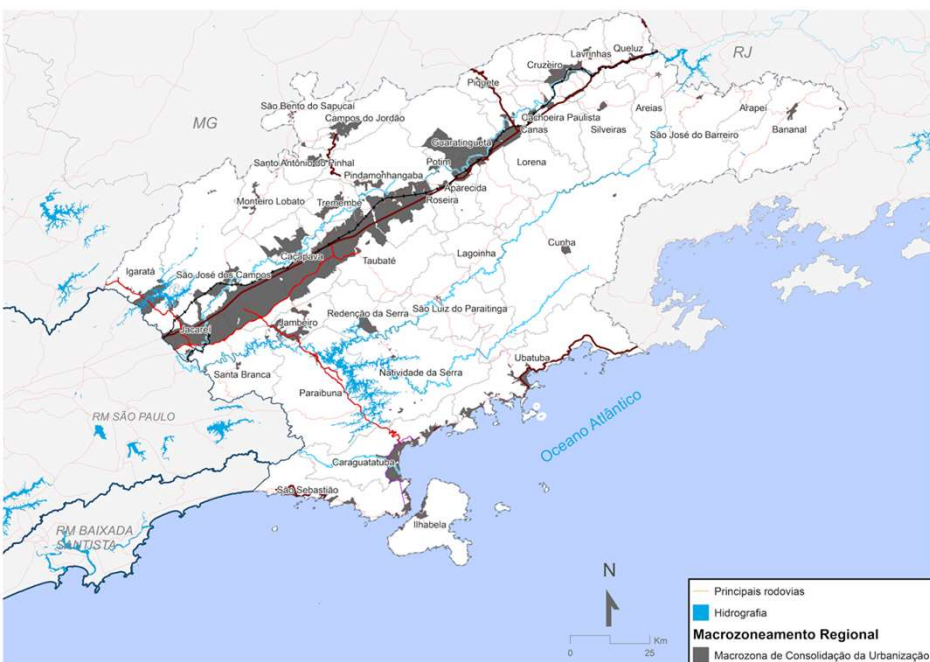
Composição: zonas rurais municipais; zonas ambientais municipais de uso sustentável; Unidades de Conservação de Uso Sustentável; zonas Z2, Z3 e Z4OD do ZEEC-LN; APPs Código Florestal.

❖ Macrozona de Preservação Ambiental

Objetivo: Contribuir para a proteção da biodiversidade, o equilíbrio dos ecossistemas e a manutenção dos serviços ecossistêmicos necessários à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável.

Composição: zonas ambientais municipais de proteção integral, Unidades de Conservação de Proteção Integral; zonas Z1 e Z1AEP do ZEEC-LN.

Proposta Final de Macrozoneamento da RMP - Macrozona de Consolidação da Urbanização – MZR-CUrb



PRINCIPAIS DIRETRIZES GERAIS

- Garantir oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas nas áreas urbanas, em especial o saneamento em áreas de alta vulnerabilidade social;
- Estimular a ocupação de áreas urbanas não ocupadas ou subutilizadas localizadas em áreas dotadas de infraestrutura e próximas a equipamentos e serviços urbanos essenciais, como os de saúde, educação e cultura;
- Qualificar e complementar o sistema de mobilidade regional, com a integração entre os sistemas de transporte coletivo, viário, cicloviário e de circulação de pedestres entre os municípios;
- Priorizar o crescimento urbano nas áreas dotadas de infraestrutura, serviços locais e acessibilidade ao sistema de transporte público, existente ou a ser implantado.
- Recuperar a qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os, adequadamente, com os sistemas urbanos, com especial atenção à recuperação das planícies fluviais do rio Paraíba do Sul.
- Proteger, recuperar e valorizar os patrimônios histórico, cultural e ambiental dos municípios.

Proposta Final de Macrozoneamento da RMP - Macrozona de Consolidação da Urbanização - MZR-CUrb

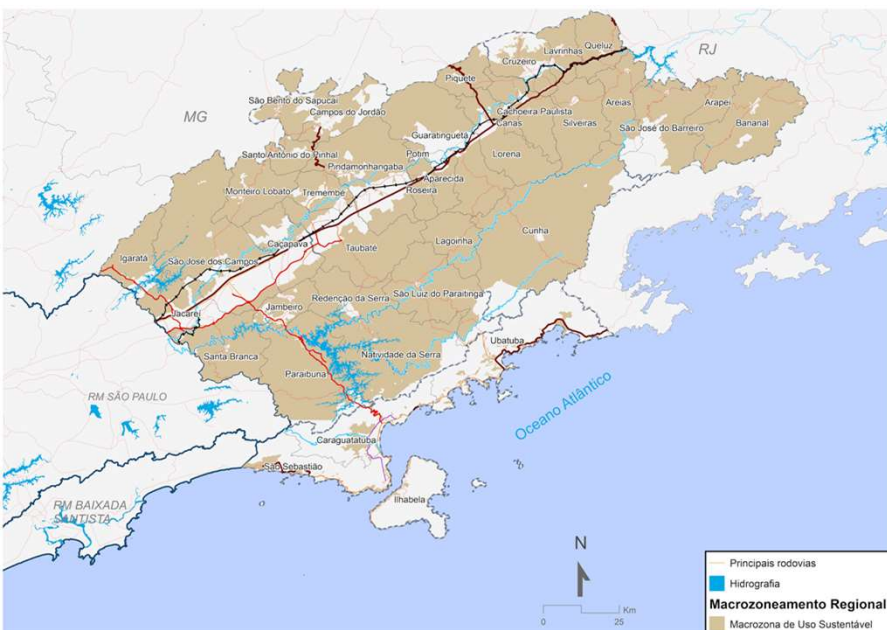
PRINCIPAIS DIRETRIZES DE ORIENTAÇÃO PARA REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

- adequar o uso e ocupação do solo em áreas ambientalmente frágeis, especialmente em regiões de mananciais com presença de represas de abastecimento público de água, que devem ser orientadas pelas normas e diretrizes dispostas por Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental;
- utilizar instrumentos de política urbana, tais como a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, para recuperação dos investimentos do poder público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
- restringir novas ocupações em áreas ambientalmente frágeis, cujo relevo apresente declividades acima de 45º (Art. 2º do Código Florestal) - Área de Preservação Permanente (APP);
- coibir novas ocupações urbanas em várzeas e planícies de inundação protegidas pelo Código Florestal;
- respeitar as diretrizes do ZEEC-LN das zonas Z4, Z5-OD e Z5;
- respeitar o Artigo 42-B do Estatuto da Cidade para qualificação urbana e regularização fundiária para saneamento básico e equipamentos urbanos;
- priorizar a localização dentro da macrozona de consolidação da urbanização de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

PRINCIPAIS DIRETRIZES DE ORIENTAÇÃO PARA REVISÃO DE LEIS ACESSÓRIAS – PARCELAMENTO E USO DO SOLO

- estimular o adensamento urbano em áreas mais centrais, bem localizadas e com boa oferta de infraestrutura urbana;
- promover a utilização de espaços não ocupados localizados no interior do tecido urbano, favorecendo a urbanização de maneira mais compacta e menos espalhada;
- coibir o avanço do parcelamento e ocupação do solo de novas glebas localizadas distante da área urbana infraestruturada, que em alguma medida promova a urbanização dispersa do tecido urbano no interior dos municípios e causem uma sobrecarga à gestão pública municipal no atendimento de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas;
- observar as diretrizes gerais estabelecidas pelas Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável, e as que vierem a ser criadas, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes;
- considerar a preservação de áreas marginais a cursos d'água e fundos de vale que vão além das Áreas de Preservação Permanente (APP) (Código Florestal) e possuem a função hidráulica de evitar enchentes ou inundações, incrementando a recomposição das matas ciliares;
- incentivar e aplicar soluções baseadas na natureza (SbN4) para controle da drenagem pluvial urbana.

Proposta Final de Macrozoneamento da RMVPLN - Macrozona de Uso Sustentável - MZR-US



PRINCIPAIS DIRETRIZES GERAIS:

- **Serviços ecossistêmicos:** manutenção e recuperação dos sistemas ambientais existente - produção da água e proteção da biodiversidade e regulação do clima; aplicar instrumentos de compensação ambiental, a exemplo do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), de compensação financeira;
- **Matas nativas:** recuperação das matas nativas nas Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade Brasileira (Decreto Federal nº 5092/2004) e Áreas Prioritárias para Restauração e Conservação na bacia do Rio Paraíba do Sul (GESP/SIMA/DATAGEO, 2018); garantir a proteção do Bioma Mata Atlântica, conforme definido na Lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/2006); elaborar e respeitar os Planos de Manejo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável.
- **Áreas rurais:** incentivar a manutenção da dinâmica dos espaços rurais para auxílio na proteção ambiental dos mananciais e áreas de nascente; promover o controle e o monitoramento da qualidade e permeabilidade do solo, bem como a manutenção dos aquíferos subterrâneos, garantindo a recarga dos mananciais; preservar APPs e áreas marginais a cursos d'água e fundos de vale com a função hidráulica de controle de enchentes ou inundações.
- **Saneamento:** implementar o saneamento básico, atendendo a Lei Federal nº 11.445/2007;
- **Cultura:** preservar o patrimônio cultural presentes nessas porções do território;
- **Urbano:** utilizar o instrumento da outorga onerosa de alteração de uso para conversão do solo rural para urbano nos processos de regularização fundiária de interesse específico, como forma de controlar e coibir a dispersão de loteamentos irregulares fora dos perímetros urbanos municipais.

Proposta Final de Macrozoneamento da RMVPLN - Macrozona de Uso Sustentável – MZR-US

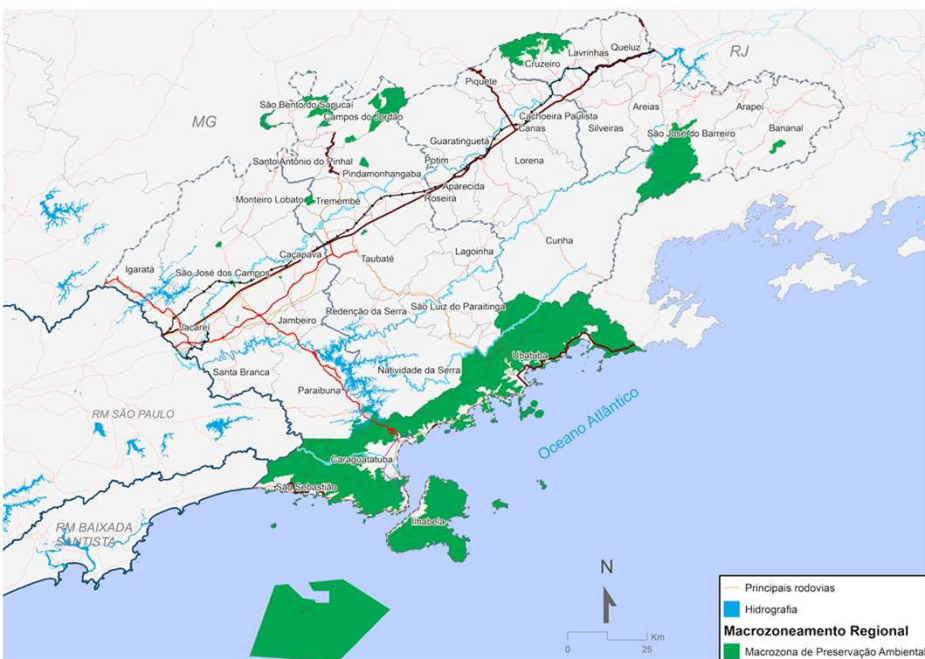
PRINCIPAIS DIRETRIZES DE ORIENTAÇÃO PARA REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

- elaborar e revisar os planos diretores municipais, em especial o capítulo do ordenamento territorial, orientados pelas diretrizes e composição gráfica da Macrozona de Uso Sustentável (MZR-US);
- adequar o uso e ocupação do solo em áreas ambientalmente frágeis, especialmente em regiões de mananciais com presença de represas de abastecimento público de água, que devem ser orientadas pelas normas e diretrizes dispostas por Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPAs);
- restringir novas ocupações urbanas em áreas ambientalmente frágeis, cujo relevo apresente declividades acima de 45º (quarenta e cinco graus), orientadas pelas normas e diretrizes do Código Florestal (art. 2º), que confere status de Área de Preservação Permanente (APP) às “encostas com declividade superior a 45º (quarenta e cinco graus), equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive”;
- coibir o parcelamento do solo para fins urbanos, conforme as disposições da Lei Federal de Parcelamento do Solo nº 6.766/1979, em especial seu Art. 3º, que trata das restrições para terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, e terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento);
- coibir novas ocupações urbanas e o avanço da expansão urbana e de ocupações rurais-urbanas, em territórios ambientalmente frágeis dos municípios litorâneos, que apresentem várzeas e planícies de inundação, em obediência à Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal);
- estimular a elaboração de planos de manejo municipais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- recuperar e preservar as Áreas de Preservação Permanente (APPs), em conformidade com o Artigo 4 do Código Florestal Brasileiro, Lei nº 2.651/2012;
- orientar os municípios quanto à preservação dos seus espaços rurais, para definir regras de uso e ocupação do solo compatíveis com as atividades econômicas agrícolas, agroecológicas e agroflorestais.

PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA REVISÃO DE LEIS ACESSÓRIAS – PARCELAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- compor diretrizes para coibir o avanço do parcelamento e ocupação do solo de caráter urbano em áreas rurais sem avaliação prévia municipal, em glebas localizadas distantes da área urbana infraestruturada, cujo processo de urbanização dispersa sobrecarrega a gestão pública municipal no atendimento de infraestruturas e serviços;
- garantir a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural;
- preservar as áreas marginais a cursos d’água e fundos de vale que vão além das Áreas de Preservação Permanente e, possuem a função hidráulica de possibilitar o escoamento de enchentes ou inundações, incrementando a recomposição das matas ciliares;
- compatibilizar os usos com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo dos terrenos;
- promover e aplicar instrumentos de compensação ambiental (PSA, compensação financeira e demais instrumentos);
- prever as condições de controle ambiental, de acordo com as regras de licenciamento, para que as atividades mineradoras possam continuar produzindo, de forma ambientalmente adequada.

Proposta Final de Macrozoneamento da RMVPLN - Macrozona de Preservação Ambiental - MZR-PA



PRINCIPAIS DIRETRIZES GERAIS

- manter a integridade das APP - Código Florestal;
- promover a articulação entre municípios vizinhos para a construção de estratégias e fomentar a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação;
- incentivar a criação de áreas protegidas, de áreas verdes e de equipamentos comunitários, visando à preservação de áreas florestadas;
- garantir a proteção do Bioma Mata Atlântica, conforme previsto na Lei da Mata Atlântica;
- promover atividades ligadas à pesquisa, ao ecoturismo e à educação ambiental;
- proteger a mata nativa e a fauna silvestre, especialmente as espécies ameaçadas de extinção;
- reforçar a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), Lei Federal nº 12.651/2012, incidentes na Macrozona de Preservação Ambiental;
- respeitar as diretrizes do ZEEC-LN para as zonas Z1 e Z1AEP que compõem a Macrozona de Preservação Ambiental do PDUI RMVPLN;
- restringir a localização de instalações destinadas aos espaços de equipamentos públicos, em especial vinculadas à implantação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e regularização de Núcleos Urbanos Informais nas Zonas Z1 e Z1AEP do ZEEC-LN/2017;
- mitigar conflitos de uso do solo nas fronteiras dos municípios, buscando adequar o ordenamento territorial municipal e construir zoneamentos municipais que minimizem impactos negativos nas áreas contidas na Macrozona de Preservação Ambiental, em Unidades de Conservação de Proteção Integral UC_PI e de Uso Sustentável UC_US entre municípios limítrofes.

Proposta Final de Macrozoneamento da RMP - Macrozona de Preservação Ambiental - MZR-PA

DIRETRIZES DE ORIENTAÇÃO PARA REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

- coibir novas ocupações irregulares e ilegais de qualquer natureza, loteamentos de alta, média e baixa renda em áreas de uso restritivo, em especial no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- respeitar o zoneamento do ZEEC-LN das zonas Z1 e Z1AEP que compõem a Macrozona de Preservação Ambiental do PDUI RMVPLN;
- estimular a elaboração, atualização e implementação dos planos de manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- planejar e implementar ações de recuperação e proteção de áreas com vegetação nativa dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado, objetivando a criação de áreas de manutenção da fauna e flora de espaços ambientalmente frágeis;
- estimular a criação de novas unidades de conservação de proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado, hoje não contidas em Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável, e que se configuram em porções territoriais fragmentadas na região de fragilidade ambiental importantes para a criação de corredores de biodiversidade deste bioma.

DIRETRIZES PARA REVISÃO DE LEIS ACESSÓRIAS – PARCELAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

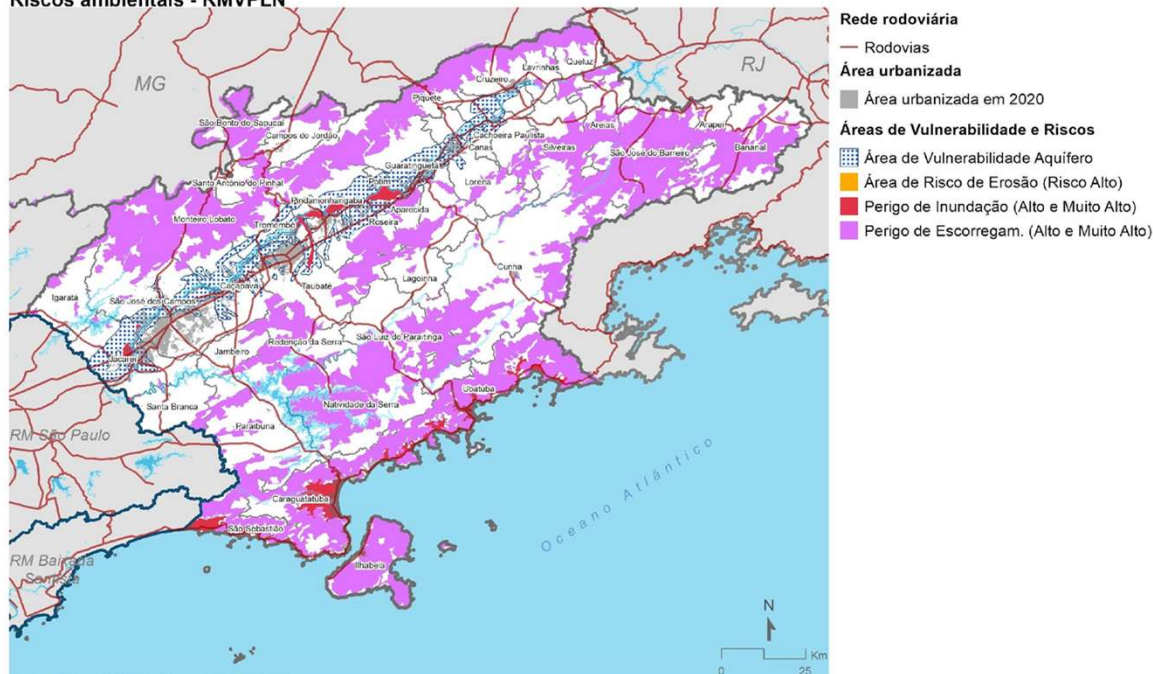
- cumprir as determinações previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, por meio da elaboração, atualização e implementação de seus planos de manejo, o que inclui a criação de zonas de amortecimento, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes;
- proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente (APP) do Código Florestal.

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Estratégias para Ação Metropolitana

Estratégia para Gestão Integrada de Riscos e Desastres

Riscos ambientais - RMVPLN



Fonte: SEADE, 2020; MapBiomias, 2020; IG, 2014

OBJETIVOS

- I. Articular as diversas instâncias de governo para gestão integrada de riscos e desastres, considerados riscos associados às ameaças ou processos – geológicos, hidrológicos, meteorológicos, climatológicos e tecnológicos, alinhada às diretrizes e estratégias da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), Lei Federal nº 12.608/12;
- II. Identificar e atualizar dados em mapas das áreas da região sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais e tecnológicos;
- III. Elaborar diretrizes para uso e ocupação do solo nas áreas identificadas, de modo a orientar os planos diretores e as políticas públicas municipais.

Estratégia para Gestão Integrada de Riscos e Desastres

DIRETRIZES PARA GESTÃO METROPOLITANA

- Acompanhar a implementação de medidas voltadas à redução de riscos e desastres junto aos diversos órgãos das administrações municipais e estadual, no âmbito de suas competências exclusivas, tais como: redução das áreas de ocupações irregulares nos fundos de vale e encostas; incentivo ao cumprimento das leis de uso e ocupação do solo; e oferta de oportunidades de moradias adequadas;
- Realizar análise integrada e participativa dos instrumentos, engajando a gestão pública e a sociedade no ordenamento territorial e no planejamento urbano e regional, bem como na execução de medidas voltadas para a busca por resiliência;
- Promover a utilização dos dados sobre riscos de desastres por todos os agentes públicos envolvidos no planejamento regional, fornecendo diretrizes gerais que possam auxiliar nas ações e nas políticas públicas para as áreas não ocupadas e melhorar a segurança em áreas já ocupadas, mediante a complementação e detalhamentos que se façam necessários em nível local;
- Incentivar e apoiar a realização de campanhas permanentes de educação, comunicação e capacitação técnica de recursos humanos das prefeituras, dos sistemas de educação, da sociedade civil em geral e outros órgãos afins, disseminando e construindo conhecimento para aumentar a percepção e a resiliência em relação aos riscos ambientais urbanos e desastres associados;
- Discutir e analisar projetos de Áreas de Interesse Metropolitano e seus respectivos planos de ação, quanto aos aspectos relacionados aos riscos de desastres, quando pertinente.

Estratégia para Gestão Integrada de Riscos e Desastres

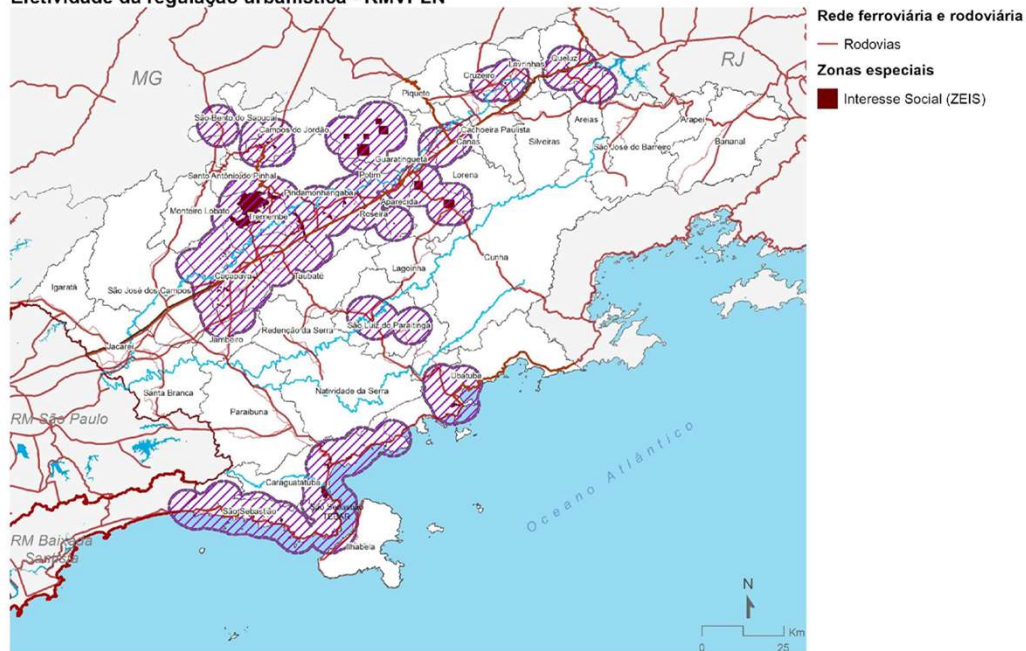
DIRETRIZES PARA AS ÁREAS DE RISCO

Para os municípios que possuem áreas suscetíveis à ocorrência de desastres, as ações relacionadas devem conter tanto intervenções estruturais como não estruturais, para controle, redução e erradicação dos desastres, dentre as quais:

- Incorporar informações dos mapeamentos de risco disponíveis aos planos diretores e leis de uso e ocupação de solo municipais;
- Elaborar e atualizar carta geotécnica de aptidão à urbanização e estabelecer diretrizes urbanísticas com vistas à segurança dos novos parcelamentos do solo;
- Prevenir a formação de novas áreas de risco de desastres, por meio de diretrizes de urbanização e edificação compatíveis com as potencialidades e restrições do meio físico;
- Criar mecanismos de controle e de fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;
- Difundir informação sobre áreas de risco de desastres e ocorrência de eventos extremos;
- Conscientizar as comunidades em áreas vulneráveis sobre perigos e riscos, e desenvolver programas de capacitação para enfrentamento de situações de emergência;
- Articular as ações de redução de riscos de desastres com as demais ações e programas federais, estaduais e municipais, em particular habitação, drenagem e defesa civil;
- Realizar a inscrição no Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos, conforme o Decreto Federal nº 10.692/2021;
- Elaborar plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre;
- Executar obras de estabilização de taludes e controle de erosão, sistemas de drenagem superficial e profunda, obras de proteção superficial e obras de contenção, tanto da engenharia tradicional, quanto de medidas não convencionais, a exemplo das soluções baseadas na natureza, conforme o documento Manifesto por Soluções Baseadas na Natureza para o Clima (SBN) da Cúpula do Clima de 2019 da ONU.

Estratégia para Enfrentamento da Precariedade e Informalidade Habitacional

Efetividade da regulação urbanística - RMVPLN



OBJETIVOS

- I. Articular as diversas instâncias de governo para uma gestão integrada dos municípios, de forma a fortalecer e otimizar os resultados para enfrentamento de problemas relacionados aos assentamentos precários e loteamentos irregulares, especialmente aqueles situados em áreas afastadas dos centros urbanos e em áreas de risco;
- II. Estabelecer diretrizes mínimas para implementação de efetiva política pública de regularização fundiária urbana nos municípios, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, e otimizar resultados, por meio de uma gestão integrada, para os problemas dos assentamentos precários ou loteamentos irregulares em áreas afastadas dos centros urbanos.

Estratégia para Enfrentamento da Precariedade e Informalidade Habitacional

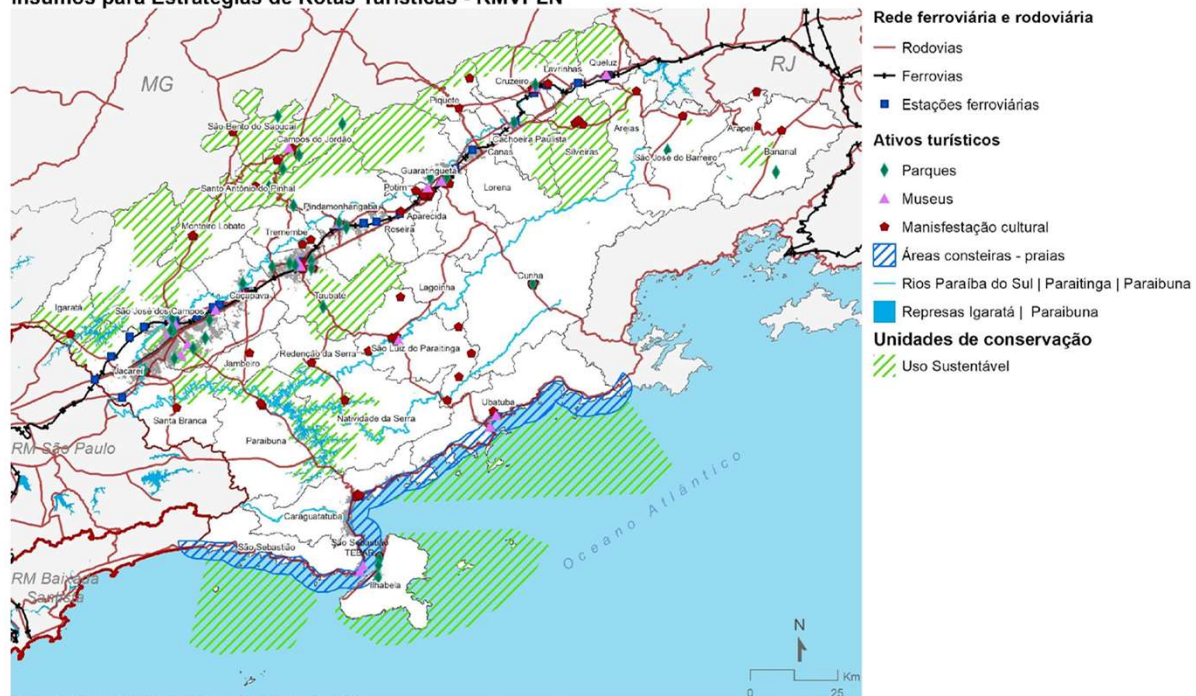
DIRETRIZES PARA A GESTÃO METROPOLITANA

Os planos, projetos e ações que envolvem a regularização fundiária urbana devem ser orientados pelas diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Habitação (PEH) e na Lei Federal nº 13.465/2017, e seu Decreto Federal Regulamentador nº 9.310/2018, dentre as quais:

- garantir a efetivação da função social da propriedade;
- articular a política habitacional com as políticas setoriais de saneamento, transportes, meio ambiente, desenvolvimento social, educacional, cultural e econômico;
- identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, regularizá-los, e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;
- nos casos de assentamentos regularizados com predomínio de população de baixa renda, promover a integração social e a implantação de programas de geração de emprego e renda;
- ampliar o acesso da população de baixa renda à terra urbanizada, priorizando, quando possível, a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;
- prevenir a formação de novos núcleos urbanos informais, intensificando o monitoramento e a fiscalização;
- no caso de núcleo urbano informal situado em área de preservação permanente, em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais, deverá ser obrigatório estudo técnico que comprove que as intervenções de regularização fundiária implicam em melhoria das condições ambientais em relação à situação da ocupação informal anterior; bem como a adoção das medidas nele preconizadas, inclusive por meio de compensações ambientais, quando necessárias;
- assegurar a participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária;
- apoiar os municípios na participação em programas de regularização fundiária do Estado, tais como o Programa Cidade Legal e programas realizados pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp);
- apoiar os municípios na prestação de assistência técnica em habitação de interesse social, que assegura às famílias de baixa renda o atendimento gratuito de arquitetos e engenheiros para projetos e construções de habitação de interesse social, conforme a Lei Federal nº 11.888/2008;
- com relação ao licenciamento dos núcleos urbanos informais consolidados de interesse específico, recomenda-se que a legislação municipal garanta, dentre outros aspectos, que as despesas decorrentes da execução da infraestrutura essencial ocorram por conta dos beneficiários, conforme a Lei Federal nº 13.465/2017 e suas alterações;
- considerar o recorte de gênero e raça como mecanismo de redução das desigualdades;
- discutir e analisar projetos de Áreas de Interesse Metropolitano e seus respectivos planos de ação, quanto aos aspectos relacionados ao enfrentamento da precariedade e informalidade habitacional, quando pertinente.

Estratégia Rotas Turísticas Integradas

Insumos para Estratégias de Rotas Turísticas - RMVPLN



OBJETIVO

Estabelecer ação coordenada e conjunta dos municípios da região para que os atrativos e potencial turístico existentes em cada município sejam fomentados na forma de roteiros turísticos integrados, com investimentos articulados, estimulando a dinâmica econômica e a geração de emprego regional.

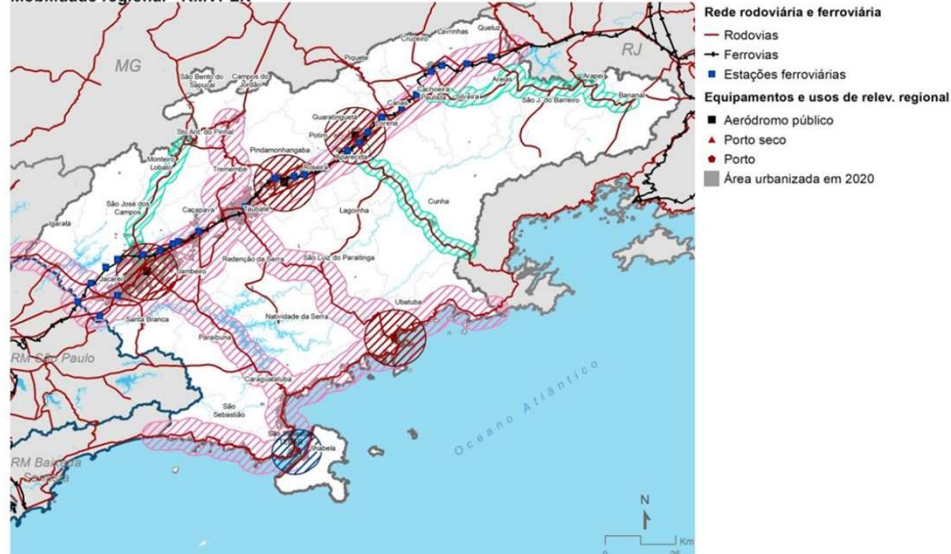
Estratégia Rotas Turísticas Integradas

DIRETRIZES

- Fomentar o desenvolvimento e integrar as rotas turísticas já existentes na região;
- Investir na implantação de equipamentos turísticos de uso coletivo, como mirantes, ciclorrotas e sistema de transporte de turistas entre municípios;
- Apoiar a preservação, conservação, restauro e valorização do patrimônio ambiental, cultural, histórico, artístico e paisagístico dos municípios;
- Estimular parcerias destinadas à qualificação da mão de obra utilizada nas atividades turísticas, a exemplo das atividades gastronômicas e de lazer;
- Consolidar as vocações culturais e turísticas dos municípios;
- Estabelecer critérios operacionais e construtivos para as Estradas Cênicas do programa estadual Rotas Cênicas;
- Discutir e analisar projetos de Áreas de Interesse Metropolitano e seus respectivos planos de ação, quanto aos aspectos relacionados às rotas turísticas integradas, quando pertinente.

Estratégia Gestão da Mobilidade Regional

Mobilidade regional - RMVPLN



OBJETIVOS

- I. Integrar os sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região e fortalecendo a rede de cidades existente; melhorar o acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes na região, promovendo o planejamento e soluções articuladas e integradas de mobilidade, e buscando atender aos princípios de sustentabilidade, garantir a qualidade de vida e a competitividade econômica regional;
- II. Buscar o equilíbrio da distribuição espacial das atividades urbanas e da infraestrutura no território regional;
- III. Melhorar o acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes na região, fortalecendo as centralidades, promovendo o planejamento e soluções articuladas e integradas de mobilidade, buscando atender aos princípios de sustentabilidade, e garantir a qualidade de vida e a competitividade econômica regional;
- IV. Articular e apoiar tecnicamente a implementação de programas e projetos nas áreas de logística e transportes regionais, integrando-os às demais funções públicas de interesse comum e às outras câmaras temáticas.

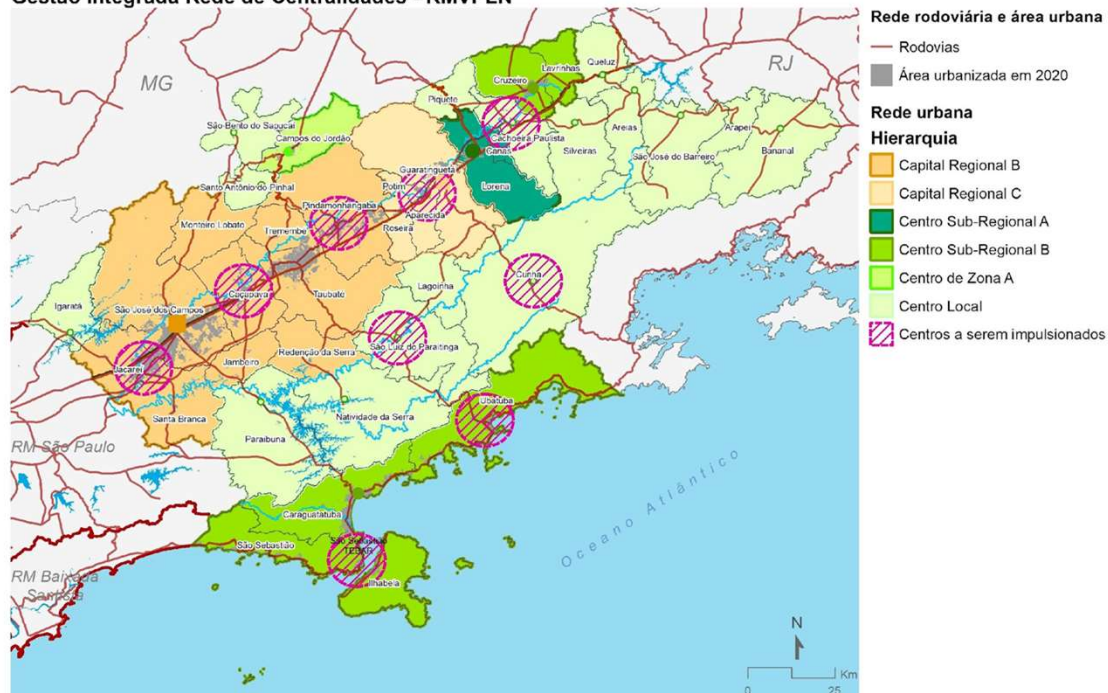
Estratégia Gestão da Mobilidade Regional

DIRETRIZES

- Elaborar diagnóstico das condições atuais de mobilidade na região, considerando inclusive a atualização da pesquisa regional de Origem-Destino, para identificação do perfil das viagens e para subsidiar a elaboração de um plano de mobilidade e logística regional;
- Qualificar a rede de centralidades intraurbana, interligando sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas e potencializando o desenvolvimento econômico e social na região;
- Adequar estratégias regionais de mobilidade aos processos de planejamento e implementação de concessões;
- Promover a gestão integrada e interfederativa para melhoria da mobilidade urbana da região;
- Incentivar a elaboração dos planos municipais de mobilidade urbana, com base na Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- Promover a troca de experiências de políticas públicas voltadas para a mobilidade urbana entre as municipalidades;
- Preconizar a eficiência socioeconômica e ambiental da logística de cargas;
- Instituir um processo permanente de participação social no planejamento, controle e avaliação das ações referentes aos sistemas viário, de transporte coletivo e de logística;
- Dar transparência ao processo de gestão da mobilidade urbana regional, divulgando dados, estudos, planos, projetos e ações propostas para os sistemas viário, de transporte coletivo e de logística na RMVPLN;
- Promover o uso da tecnologia para melhorar os desempenhos técnicos e operacionais dos sistemas de transporte;
- Incentivar o uso de energias renováveis e menos poluentes pelos modos motorizados, com vistas a reduzir os efeitos da mudança climática e das emissões de gases de efeito estufa, considerando também a Política Estadual de Mudanças Climáticas;
- Garantir a conformidade das propostas e ações do Plano de Mobilidade Regional ao conjunto das demais funções públicas de interesse comum, como estabelece o Artigo 7º do Estatuto da Metrópole, no âmbito da governança interfederativa;
- Considerar o recorte de gênero e raça como mecanismo de redução das desigualdades no âmbito das estratégias de mobilidade regional;
- Discutir e analisar projetos de Áreas de Interesse Metropolitano e seus respectivos planos de ação, quanto aos aspectos relacionados à gestão da mobilidade regional, quando pertinente.

Estratégia Rede de Centralidades

Gestão Integrada Rede de Centralidades - RMVPLN



OBJETIVO

Qualificar e estruturar uma rede de centralidades, interligando cidades por meio de sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas para equilibrar a distribuição das atividades sociais e econômicas, minimizando desequilíbrios internos à região, e potencializar o desenvolvimento socioeconômico na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Estratégia Rede de Centralidades

DIRETRIZES

- Considerar a rede de centralidades intraurbana da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, analisando as centralidades indicadas nos planos diretores municipais e em outros documentos e estudos técnicos;
- Fortalecer o desenvolvimento das centralidades regionais, estimulando a oferta habitacional em áreas com infraestrutura disponível, para otimizar ou ampliar o uso desta infraestrutura;
- Priorizar a formação de novas centralidades com influência regional em áreas carentes e densamente ocupadas com uso predominantemente residencial (atualmente distantes de centralidades metropolitanas existentes), para equilibrar a distribuição das atividades econômicas, serviços sociais e empregos no território;
- Conectar as centralidades em rede, por meio de sistemas estruturais (redes viária, de transporte coletivo, de comunicação e demais infraestruturas) e ambientais, potencializando o desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico e social;
- Discutir e analisar projetos de Áreas de Interesse Metropolitano e seus respectivos planos de ação, quanto aos aspectos relacionados à gestão integrada da rede de centralidades, quando pertinente.

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Propostas para as Funções Públicas de Interesse Comum - FPICs

Propostas para as FPICs

Tema: Planejamento Territorial e Uso do Solo

- 1 - Controlar a dispersão de áreas urbanas e a ocupação de áreas ambientalmente frágeis
- 2 - Equilibrar a distribuição dos equipamentos e serviços no território regional
- 3 - Garantir a efetividade do ordenamento territorial

Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – 01 – Dispersão urbana 1

TEMA: Planejamento Territorial e Uso do Solo

SUBTEMA: Planejamento e uso do solo

FPIC: Planejamento e uso do solo

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: SC-031; PP-033; PP-034; PP-035

TÍTULO: PE PTUS-01 | Controlar a dispersão de áreas urbanas e a ocupação de áreas ambientalmente frágeis

CONTEXTUALIZAÇÃO

A dispersão urbana tem sido um grande fator de redução da qualidade de vida da população. Devido ao alto custo da terra, muitas pessoas em situação de vulnerabilidade buscam moradia em locais distantes dos centros urbanos e pouco providos de serviços públicos, por ser mais barato. Contudo, é comum estes núcleos se localizarem em áreas ambientalmente frágeis, trazendo impacto negativo tanto para as pessoas que habitam territórios de alto risco como para o meio ambiente. Isso ocorre na RMVPLN, onde a expansão urbana sobre as áreas de maior declividade – assim como a ocupação de fundos de vale e sua consequente impermeabilização – propiciam as principais ocorrências de áreas de risco por escorregamento das encostas e alagamentos ou inundações.

OBJETIVO

Orientar a expansão urbana dos municípios, conter a dispersão urbana e a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, encostas, várzeas dos rios e áreas com perigo de escorregamento e de inundações, a fim de prover qualidade de vida à população da RMVPLN.

Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – 01 – Dispersão urbana 2

DIRETRIZES

- Direcionar a expansão urbana dos municípios para as áreas mais propícias à ocupação, promovendo a distribuição e a intensidade de usos do solo de forma equilibrada em relação à capacidade, existente ou prevista, da infraestrutura, da mobilidade e do atendimento da rede pública de serviços;
- Controlar as ampliações de perímetro urbano, condicionando-as à elaboração de projetos específicos que considerem os levantamentos de áreas de riscos, parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, a previsão de áreas para habitação de interesse social, e a definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e dos patrimônios histórico e cultural, de acordo com o artigo 42-B do Estatuto da Cidade;
- Evitar os parcelamentos do solo em áreas rurais não apropriadas para receber a expansão urbana, estabelecendo políticas de incentivo às atividades rurais e de turismo ecológico;
- Utilizar o instrumento da outorga onerosa de alteração de uso para conversão do solo rural para urbano nos processos de regularização fundiária de interesse específico, como forma de controlar e coibir a dispersão de loteamentos irregulares fora dos perímetros urbanos municipais.
- Ampliar a oferta de habitação nas áreas ociosas e dotadas de infraestrutura, prioritariamente à população de baixa renda;
- Incentivar políticas de habitação de interesse social, para que as famílias de menor renda não recorram aos parcelamentos irregulares em busca de terrenos mais baratos;
- Incentivar o adensamento urbano com uso misto nas áreas dos municípios dotadas de infraestrutura e acessibilidade pelo sistema de transporte público;
- Promover a urbanização e a regularização fundiária de assentamentos precários existentes, nos termos da Lei 13.465 de 2017;
- Estimular a criação de zonas especiais de interesse social (ZEIS) em áreas com boa localização em relação aos equipamentos e serviços urbanos, como instrumento da política habitacional dos municípios, garantindo terrenos adequados para a produção de Habitações de Interesse Social (HIS);
- Promover a regularização fundiária e a urbanização de loteamentos irregulares, a fim de beneficiar os habitantes que vivem nesses assentamentos precários e informais.

Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – 01 - Dispersão urbana 3

AÇÕES PROPOSTAS

- Mapear e induzir a ocupação das zonas urbanas subutilizadas;
- Adequar os planos diretores municipais, considerando o ordenamento territorial da RMVPLN e as diretrizes para o uso e ocupação do solo estabelecidas nas macrozonas;
- Promover a fiscalização preventiva e corretiva a fim de evitar construções nas franjas das cidade, distante dos centros providos de equipamentos e infraestrutura pública;
- Utilizar os instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo para combater o uso especulativo da terra em imóveis urbanos, assegurando o cumprimento da função social da propriedade;
- Utilizar o instrumento da outorga onerosa de alteração de uso para conversão do solo rural para urbano nos processos de regularização fundiária de interesse específico de núcleos situados em áreas rurais e controlar e coibir loteamentos irregulares fora dos perímetros urbanos municipais;
- Utilizar um Sistema de Informações para a Região Metropolitana, a exemplo de plataforma geocolaborativa, que reúna dados territoriais produzidos pelos municípios, setoriais do Estado e diferentes instituições para subsidiar a implementação das políticas de Habitação de Interesse Social (HIS).

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática de Planejamento Territorial e Uso do Solo
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Secretaria Estadual de Habitação
- Prefeituras municipais
- Defesa Civil Estadual

Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – 01 – Dispersão urbana 4

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO (continuação)

Principais atores

- Guarda Civil Metropolitana
- Polícia Ambiental
- Caixa Econômica Federal
- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Programa de Desenvolvimento Urbano – Pró-Cidades
- BNDES Finem – Desenvolvimento Integrado dos Municípios
- Governo Estadual – Desenvolve SP – Linha de Apoio a Investimentos Municipais
- Municípios – Utilização do Instrumento de Outorga Onerosa

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 1 – Erradicação da Pobreza
- ODS 10 – Redução das Desigualdades
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – 02 – Equipamentos e Serviços 1

TEMA: Planejamento Territorial e Uso do Solo

SUBTEMA: Planejamento e Uso do Solo

FPIC: Planejamento e Uso do Solo

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-033, PP-034, PP-035, SC-031

TÍTULO: PE PTUS-02 | Equilibrar a distribuição dos equipamentos e serviços no território regional

CONTEXTUALIZAÇÃO

O movimento de pessoas no interior do espaço metropolizado busca, predominantemente, o acesso a serviços, trabalho ou estudo nos polos e centralidades das cidades de médio porte e, por vezes, a possibilidade de uma nova condição de morar, cujas vantagens locais são medidas pelo tempo de deslocamento e não pela distância até os centros. A concentração de equipamentos no eixo da Rodovia Presidente Dutra é uma realidade regional que obriga a população de toda a região a sair de seus locais de moradia e trabalho para usufruir desses equipamentos. Este desequilíbrio socioterritorial decorre da estruturação da rede urbana existente, que condiciona acessos a serviços à oferta concentrada de equipamentos e atividades no território. As assimetrias identificadas, principalmente pela polarização predominante do município-polo, São José dos Campos, frente às demais centralidades, podem ser amenizadas a partir de uma melhor distribuição de equipamentos que contemple zonas rurais e cidades fora do eixo Dutra. Dessa forma, será possível prover qualidade de vida, menor deslocamento da população e redução das desigualdades do território regional. Uma alternativa é a condução de políticas públicas indutivas que priorizem o fortalecimento dos subcentros, reduzindo a dependência dos municípios-sede ao longo da Via Dutra.

OBJETIVO

Equilibrar a distribuição de equipamentos e serviços no território regional, contemplando zonas rurais e cidades fora do eixo Dutra, para diminuir a distribuição desigual dos serviços no território, aprimorar o atendimento à população e elevar a qualidade e a efetividade da ação pública.

Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – 02 – Equipamentos e Serviços 2

DIRETRIZES

- Incentivar e fomentar ações que contribuam para o equilíbrio na distribuição das atividades e serviços no território da região;
- Promover a descentralização da oferta de equipamentos e serviços públicos para atendimento da população residente nas zonas rurais;
- Utilizar o fato da região ser policêntrica para incentivar novas centralidades e melhor distribuição de equipamentos, de forma mais racional, evitando o crescente aumento da desigualdade entre os municípios da RMVPLN;
- Considerar os desafios da emergência climática e fortalecer ações de controle que evitem a ocupação de áreas que prestam serviços ambientais e de resiliência para as áreas urbanas;
- Estruturar e qualificar as redes de mobilidade (transportes) existentes, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios;
- Identificar necessidades de investimento e instrumentos disponíveis para fortalecer a rede de saúde, diminuir as carências municipais e embasar uma gestão metropolitana da saúde;
- Integrar investimentos e ações na área de segurança, com definição de regras e cronograma para operação integrada e em cooperação com a SSP/SP.

AÇÕES PROPOSTAS

- Mapear as vocações e tendências de desenvolvimento local e regional, que demandam equipamentos de oferta de políticas públicas e serviços públicos;
- Mapear a rede de oferta de equipamentos e serviços existentes, seus desafios e oportunidades;
- Estruturar um Plano de Ação Regional para redistribuir os equipamentos;
- Priorizar os investimentos em equipamentos e serviços, de acordo com as dinâmicas urbanas, avaliando as demandas de cada município;
- Estimular parcerias com equipamentos existentes para oferta de serviços públicos descentralizados;
- Implementar projetos coordenados e integrados entre os municípios, utilizando sistemas e tecnologias avançadas, para melhorar a oferta e a qualidade da infraestrutura pública.

Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – 02 – Equipamentos e Serviços 3

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmaras Temáticas Metropolitanas de Planejamento Territorial e Uso do Solo e de Desenvolvimento Econômico
- Prefeituras municipais
- Secretarias estaduais de Desenvolvimento Regional, Segurança Pública, Transportes Metropolitanos, Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico, entre outras
- Associação Comercial e Industrial dos municípios

Os representantes das prefeituras podem se articular nas Câmaras Temáticas para discutir estratégias que orientem os investimentos na RMVPLN, de forma a equilibrar o acesso aos equipamentos e serviços nos municípios. Um Grupo de Trabalho de Serviços Públicos pode ser criado para propor ações e projetos nesse sentido, articulando as propostas com outras Câmaras Temáticas. No caso das ações de Segurança Pública e Saúde, sugere-se a criação de Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública e de Saúde.

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) – Avançar Cidades Mobilidade Urbana
- BNDES – Finem – Desenvolvimento Integrado dos Municípios
- Governo Estadual – Desenvolve SP – Apoio a investimentos municipais
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – Programa de Integração Regional/Programa de Cidades Emergentes e Sustentáveis

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 10 – Redução das Desigualdades
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – 03 – Efetividade do ordenamento 1

TEMA: Planejamento Territorial e Uso do Solo

SUBTEMA: Planejamento e Uso do Solo

FPIC: Planejamento e Uso do Solo

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: SC - 031, SC - 032, PP - 033, PP - 034, PP - 035

TÍTULO: PE PTUS-03 | [Garantir a efetividade do ordenamento territorial](#)

CONTEXTUALIZAÇÃO

O processo de metropolização influencia a dinâmica de urbanização dos núcleos urbanos que conformam a RMVPLN. O ordenamento territorial contido em planos diretores municipais foi entendido como instrumento de grande importância para a qualidade das cidades a partir de 2001, com o advento da Lei 10.257/2001, denominada oficialmente de Estatuto da Cidade, e tem como princípio básico a função social da propriedade.

A necessidade de tornar efetivo o ordenamento territorial requer que um conjunto de municípios da região que ainda não contam com instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo – nem mesmo possuem plano diretor ou estão com planos atrasados e distantes da realidade local e regional – tomem a iniciativa de elaborar e adotar o plano diretor e suas leis acessórias na lógica de sua inserção e função no contexto regional. Por outro lado, chamam atenção aqueles municípios que contam com instrumentos urbanísticos em suas regulações territoriais mas revelam pouca mobilização e aplicação desses instrumentos. O principal instrumento incluído no conjunto de planos diretores corresponde às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que em vários casos apenas respondem à necessidade de se garantir terra barata para implantação de novos conjuntos habitacionais nas bordas da urbanização. É importante também o esforço para incorporar a dimensão regional no regramento municipal, e deve-se propor um ordenamento territorial que contribua para um processo de urbanização menos desigual.

OBJETIVO

Apoiar a regulamentação da política urbana dos municípios da RMVPLN por meio de mecanismos legais que possibilitem a integração da gestão urbana com atributos tributários.

Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – 03 – Efetividade do ordenamento 2

DIRETRIZES

- Estabelecer programa de parceria para elaboração e revisão dos planos diretores dos municípios da região, contemplando os instrumentos do Estatuto da Cidade e as diretrizes constantes do PDU;
- Promover a incorporação e a integração de estudos climáticos e diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico nas políticas públicas municipais, visando a orientar o ordenamento territorial e os investimentos em infraestrutura urbana para redução da vulnerabilidade climática;
- Apoiar a instituição e a regulamentação de instrumentos jurídicos e urbanísticos definidos pelo Estatuto da Cidade nos planos diretores municipais, bem como sua aplicação;
- Promover a atuação cooperada entre municípios e órgãos estaduais e federais que possuam interface com as políticas de desenvolvimento urbano e de gestão territorial, para troca de experiências, alinhamentos e proposições de ações conjuntas;
- Promover a utilização dos instrumentos urbanísticos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), IPTU progressivo no tempo e desapropriação com títulos da dívida pública, no sentido de reduzir a subutilização de áreas dotadas de infraestrutura e conter a especulação imobiliária nos municípios;
- Promover a utilização das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social – na política habitacional dos municípios, como instrumento que garante terrenos adequados para a produção de Habitações de Interesse Social (HIS) e para que a regularização fundiária e a urbanização de loteamentos irregulares possam beneficiar as pessoas que vivem em assentamentos precários e informais;
- Organizar e disponibilizar os estudos e levantamentos existentes sobre as áreas de perigo e risco de desastres naturais, para que sejam consideradas em todos os planos e projetos territoriais dos municípios da RMVPLN;
- Assegurar a adequação da sustentabilidade ambiental da atividade minerária, de acordo com os regulamentos dos processos de licenciamento;
- Promover a utilização dos instrumentos de Outorga Onerosa do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir e Operações Urbanas Consorciadas para direcionar o adensamento construtivo e populacional para áreas com capacidade e infraestrutura, priorizando a proximidade com os sistemas de transporte público;
- Estimular a regulação da produção imobiliária para recuperação, pelas municipalidades, dos investimentos que tenham resultado na valorização de imóveis urbanos;
- Preconizar a elaboração de macrozoneamento, zoneamento e parâmetros de parcelamento do solo de forma integrada, evitando descompassos entre legislações e otimizando as diretrizes e objetivos para o uso e ocupação do solo municipal, em consonância com as diretrizes dispostas no ordenamento territorial metropolitano;
- Simplificar a redação das legislações urbanísticas para facilitar sua compreensão, aplicação e fiscalização.

Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – 03 – Efetividade do ordenamento 3

AÇÕES PROPOSTAS

- Criar instância metropolitana do tipo Câmara Temática ou Grupo de Trabalho, que auxilie e acompanhe as revisões e elaborações dos planos diretores municipais a partir das diretrizes estabelecidas pelo PDUI;
- Elaborar estudos, análises, ações estratégicas em áreas de interesse metropolitano, conforme definido pelo ordenamento territorial;
- Incentivar a elaboração de Planos de Adaptação e Resiliência a Mudanças Climáticas, no âmbito do Programa Municípios Paulistas Resilientes, e integrá-los aos planos diretores e ao planejamento regional.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática de Planejamento e Uso do Solo a ser criada
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional
- Universidades locais e parceiras
- Instituto de Pesquisa e Planejamento de São José dos Campos

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Regional – Projeto ANDUS (Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável)
- Programa de Desenvolvimento Urbano – Pró-Cidades

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Propostas para as FPICs

Tema: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

- 1- Promover a gestão regional de resíduos sólidos;
- 2 - Atuar na prevenção de eventos hidrológicos extremos;
- 3 - Criar condições de enfrentamento à escassez hídrica;
- 4 - Promover a preservação e a conservação dos fragmentos florestais, das unidades de conservação e da fauna silvestre;
- 5 - Promover a gestão regional do saneamento ambiental;
- 6 - Fomentar a agroecologia, agroflorestas, florestas e hortas em espaços rurais e urbanos.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 01 – Gestão de resíduos 1

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Saneamento

FPIC: Saneamento básico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-001 B; PP-030 J; SC-030; SC-035

TÍTULO: PE MASRH-01 | Gestão regional de resíduos sólidos

CONTEXTUALIZAÇÃO

Embora não tenham sido identificados problemas em relação à qualidade dos aterros que atendem a região, muitos desses locais encontram-se distantes da geração, demandando grandes deslocamentos diários dos resíduos sólidos, na maioria dos municípios da região, em especial os do litoral norte. A ausência de arranjos intermunicipais para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos contribui para o problema.

Nesse sentido, é necessário criar estratégias para viabilizar soluções regionais de disposição dos resíduos sólidos, a fim de oferecer alternativas menos custosas e ambientalmente mais viáveis aos municípios. Na reunião do GT do Estado com a SIMA, esse tema se destacou devido à exígua disponibilidade de áreas para aterro, pontuando inclusive que Santos busca alternativas ao aterramento.

OBJETIVOS

- Instituir processos, práticas e programas regionais de gestão de resíduos, cuja articulação e integração entre os municípios assegure maior eficiência no tratamento, reaproveitamento a disposição final dos resíduos, com menor alocação de recursos e maior eficiência na gestão.
- Reaproveitar os resíduos, transformando-os em co-produtos no conceito das economias circular e de baixo carbono.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 01 – Gestão de resíduos 2

DIRETRIZES

- Organizar consórcios para soluções regionalizadas de tratamento de resíduos;
- Estimular novos modelos de gestão de resíduos sólidos;
- Implantar planejamento e a ação coordenada e integrada em investimentos e ações relativas à gestão regional de resíduos sólidos;
- Elaborar regulamento para a política de gestão regional de resíduos, buscando fontes de investimento, novas tecnologias e instrumentos modernos de gestão disponíveis para compartilhamento de responsabilidades e equipamentos entre municípios;
- Desenvolver plataforma colaborativa para organização de base de dados sobre resíduos na região e alternativas tecnológicas para sua gestão;
- Fortalecer cooperativas de material reciclável, catadores autônomos, outros novos negócios, tendo como base a reciclagem / reaproveitamento / reutilização de resíduos sólidos de distintas naturezas; apoiar a confecção e lançamento de produtos provenientes da transformação de resíduos sólidos reciclados, gerando emprego, renda e aquecendo a economia local; apoiar a inovação da indústria regional da construção civil sustentável;
- Aumentar os índices de coleta seletiva e de tratamento dos resíduos sólidos urbanos;
- Apoiar a confecção e o lançamento de produtos provenientes da transformação de resíduos sólidos reciclados, inclusive visando à geração de energia, favorecendo a geração de emprego e renda;
- Elaboração de instrumentos de participação e de controle social em todo o processo de elaboração e monitoramento do PGIRS;
- Acompanhar a estruturação e a implementação de sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor – de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos – aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 01 – Gestão de resíduos 3

AÇÕES PROPOSTAS

- Criar Câmara Temática que trate do tema dos resíduos sólidos, que deve coordenar a elaboração de diagnóstico sobre a situação dos resíduos e subsidiar a construção de um plano regional de resíduos sólidos;
- Realizar diagnóstico regional dos resíduos sólidos da RMVPLN;
- Realizar estudos para criação de usinas de triagem e beneficiamento de RCC (resíduos da construção civil) na RMVPLN;
- Identificar áreas regionais para a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e disposição final de rejeitos;
- Elaborar Plano Regional de Resíduos Sólidos, atendendo aos requisitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos e Política Nacional de Meio Ambiente;
- Elaborar plano de ação para implementar novos arranjos e unidades de transformação de lixo na região, auxiliando na gestão de resíduos sólidos;
- Constituir consórcios regionais para viabilizar unidades regionais de transformação de lixo;
- Criar plataforma digital para compartilhamento de dados necessários para a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos, a ser disponibilizada para os municípios a partir de um único e sempre atualizado banco de dados e informações regionais.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- Câmara Temática que trate do tema dos resíduos sólidos
- Cetesb

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 01 – Gestão de resíduos 4

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO (continuação)

Principais atores

- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Comitê de Integração de Resíduos Sólidos (CIRS)
- Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos
- Grandes geradores privados de resíduos sólidos
- Especialistas na área de resíduos sólidos de institutos ou instituições de pesquisas Possíveis fontes financeiras
- Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Regional – Avançar Cidades Saneamento
- Caixa Econômica Federal – Finisa
- Ministério da Justiça e Segurança – Fundo de Defesa de Direitos Difusos
- Ministério do Meio Ambiente – Fundo Nacional do Meio Ambiente
- BNDES – Finem – Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos
- BNDES Fundo Clima – Subprograma Resíduos Sólidos
- Governo Estadual – Desenvolve SP – Linha Economia Verde Municípios
- Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – Fecop e Fehidro
- Banco Mundial – GCF – Green Climate Fund
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Iniciativa para a Promoção de Bens Públicos Regionais (BPR)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsável

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 02 – Eventos climáticos 1

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Meio Ambiente

FPIC: Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-032 A; PP-033 A; PP-033 B; PP-033 C; SC-186

TÍTULO: PE MASRH-02 | Atuar na prevenção e resposta a eventos climáticos extremos

CONTEXTUALIZAÇÃO

A porção urbana do vale é cortada pelo Rio Paraíba do Sul, ao longo das maiores cidades da região. Já a parte urbana do litoral norte está localizada, de um lado, no nível do mar e, de outro, junto a encostas serranas, sendo que algumas porções dos territórios de Caraguatatuba e Ubatuba se encontram em planícies fluviais. A porção urbana das cidades serranas ocupa encostas. O mapeamento das áreas de perigos de escorregamentos e inundações do GESP/SIMA-IPA_IG indicam ocupações em situação de risco. A realidade demanda instrumentos e ações de âmbito regional com vistas à prevenção e ao enfrentamento de eventos extremos que estão sendo mais frequentes e mais intensos, sobretudo pela ação das mudanças climáticas. Estas mudanças climáticas podem reforçar, inclusive, a migração rural-urbana, por exemplo.

OBJETIVOS

- Promover a articulação metropolitana para a gestão de riscos ambientais, conforme expresso na Estratégia para a ação metropolitana de gestão de riscos ambientais (EAM-01), para o fortalecimento de uma cultura preventiva de gestão de desastres ambientais, que mobilize instituições que atuam nessa temática, no sentido de minimizar o impacto dessas ocorrências na vida da população.
- Criar uma Câmara Temática Metropolitana que trate da Gestão de Riscos Ambientais no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano que coordene este processo de articulação metropolitana.
- Atender à exigência do Art. 12, inciso V, do Estatuto da Metrópole, relativa à delimitação das áreas com restrições à urbanização sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 02 – Eventos climáticos 2

DIRETRIZES

- Incentivar soluções regionais para organizar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- Incentivar estratégias e ações que tornem as cidades resilientes ao enfrentamento de desastres naturais.
- Priorizar soluções de macrodrenagem no âmbito regional, adotando e articulando medidas estruturais e não estruturais para enfrentamento de eventos hidrológicos extremos que provocam inundações de grandes proporções. Utilizar infraestruturas urbanas que aumentem a permeabilidade do solo urbano.
- Conter a expansão das áreas urbanas sobre áreas ambientalmente frágeis e de risco a desastres - muito expostas a desabamentos e inundações;
- Estimular mudança para edificações neutras em carbono e investimento em energias renováveis;
- Estimular a transição de combustíveis fósseis para energia renovável em todo o âmbito no desenvolvimento da RMVPLN;
- Fazer uso da gestão inteligente da água;
- Adotar práticas de economia industrial circular e o impulso à descarbonização das atividades industriais.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 02 – Eventos climáticos 3

AÇÕES PROPOSTAS

- Apoiar a elaboração de: Planos de Adaptação e Resiliência a Mudanças Climáticas, no âmbito do Programa Municípios Paulistas Resilientes e integrá- los em um planejamento regional; Estudos para tornar as cidades resilientes ao enfrentamento de desastres que levam a enchentes, inundações e desmoronamentos de áreas urbanas; Planos de ações regionais de prevenção de eventos climáticos extremos, no sentido de orientar o ordenamento do uso do solo, visando a minimizar danos relacionados às enchentes e inundações e à proteção das bacias hidrográficas; Mapeamentos: de trechos de cursos d'água da região identificando áreas com vulnerabilidade às inundações; e de trechos de encostas identificando áreas com vulnerabilidade à escorregamentos; desenvolver planos de ações regionais, por bacia hidrográfica, para prevenção de eventos hidrológicos extremos e para detalhar orientações para o ordenamento do uso do solo, visando a minimizar danos relacionados às enchentes, inundações e desmoronamentos;
- Manter na área a ser parcelada, no mínimo, a reserva de 35% de áreas públicas destinadas a recomposição florestal e sistemas de lazer.
- Evitar a instalação de loteamentos e a expansão urbana em áreas de várzea.
- Aumentar as áreas permeáveis no desenho urbano.
- Regenerar e ampliar as áreas verdes nas áreas urbanas.
- Fomentar a implantação das diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no processo de gestão dos municípios da RMVPLN.
- Uniformizar conceitos e critérios de identificação das áreas de riscos ambientais urbanos.
- Mapear as áreas com riscos ambientais urbanos e criar banco de dados padronizados, utilizando um sistema de informações metropolitanas.
- Acompanhar, monitorar essas áreas e atualizar os dados.
- Promover a incorporação e a integração de estudos climáticos e das diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo (SIMA, 2022) nas políticas públicas municipais, visando a orientar o ordenamento territorial e os investimentos em infraestrutura urbana para redução da vulnerabilidade climática;
- Promover a incorporação de diretrizes de contenção da ocupação de áreas que prestam serviços ambientais e de resiliência para as áreas urbanas, e da expansão urbana sobre as várzeas do sistema hídrico do Rio Paraíba do Sul.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 02 – Eventos climáticos 4

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- Câmara Temática que trate do tema do enfrentamento dos eventos climáticos extremos
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente

Principais fontes financeiras

- Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) – Avançar Cidades – Saneamento
- Caixa Econômica Federal – Prevenção e Resposta a Desastres Naturais
- BNDES – FINEM – Desenvolvimento Integrado dos municípios
- Governo Estadual – DesenvolveSP – Linha de Apoio a Investimentos Municipais
- Fundo Estadual Fehidro
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) – Programas de Desenvolvimento Sustentável e Integração Regional
- Banco de Desenvolvimento – Fonplata – Empréstimos e cooperações técnicas para integração regional das áreas mais vulneráveis
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – Meio Ambiente e Desastres Naturais

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsável
- ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 03 – Escassez hídrica 1

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Recursos Hídricos

FPIC: Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-033 D; PP-033 E; PP-033 F; PP-033 H; SC-022; SC-053

TÍTULO: PE MARSH-03 | Criar condições de enfrentamento à escassez hídrica

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos UGRHI – 2 da Bacia do Rio Paraíba do Sul, que abastece as maiores cidades da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, é de grande importância regional e interestadual. Parte de suas águas abastece a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e o Estado do Rio de Janeiro. Esta bacia já enfrenta situações de escassez. Além dela, a UGRHI 3 – Litoral Norte também passa por escassez na alta temporada, quando chega a triplicar a população da região.

OBJETIVOS

- Promover a implantação de programas e ações que garantam a preservação, conservação e recuperação dos mananciais hídricos da RMVPLN.
- Gerenciar com utilização de tecnologia a distribuição de água tratada, visando à redução de perdas operacionais.
- Promover o uso racional e o controle de águas subterrâneas.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 03 – Escassez hídrica 2

DIRETRIZES

- Garantir a segurança hídrica da RMVPLN.
- Proteger e conservar os mananciais hídricos da região.
- Proteger e recuperar as nascentes e as Áreas de Preservação Permanente (APPs).
- Elaborar estudos e planos conjuntamente com os Comitês de Bacias Hidrográficas sobre o aproveitamento dos recursos hídricos.
- Acompanhar a implementação da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais.
- Estabelecer instrumentos para garantir a preservação e proteção dos mananciais, promovendo o ordenamento territorial compatível com a função de garantir a quantidade e a qualidade das águas.
- Priorizar a criação de áreas protegidas nas bacias hidrográficas que abrigam mananciais para abastecimento público.
- Promover a integração entre os municípios visando à implantação de Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM).
- Implementar programa de fiscalização nas Áreas de Preservação Permanente e das áreas de mananciais, para coibir usos irregulares.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 03 – Escassez hídrica 3

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- Câmara Temática que trate do tema do enfrentamento à escassez hídrica
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Sabesp
- Especialistas na área de gestão de recursos hídricos de institutos e/ou instituições de pesquisas
- Comitês de Bacias Hidrográficas

Principais fontes financeiras

- Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Regional – Avançar Cidades Saneamento para Todos
- Caixa Econômica Federal – Finisa
- Ministério da Justiça e Segurança – Fundo de Defesa de Direitos Difusos
- Ministério do Meio Ambiente – Fundo Nacional do Meio Ambiente
- BNDES – Finem – Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos
- Governo Estadual – Desenvolve SP – Linha Economia Verde Municípios
- Fundo Estadual Fehidro

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 6 – Água Potável e Saneamento
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsável

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 04 – Fauna e Flora nativa 1

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Recursos Hídricos

FPIC: Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-033 G; PP-033 H; PP-033 I; PP-034 D

TÍTULO: PE MASRH-04 | Promover a preservação e a conservação dos fragmentos florestais, das unidades de conservação e da fauna silvestre

CONTEXTUALIZAÇÃO

É possível verificar conflitos na RMVPLN decorrentes da expansão urbana, como a proximidade da mancha urbana em áreas de risco e ambientalmente sensíveis. Em comparação com outras regiões do Estado, pode-se considerar que a RMVPLN tem um bom percentual de cobertura vegetal e de Unidades de Conservação (UCs), ainda que haja desigualdades sub-regionais. A despeito desse quadro regional, é importante destacar que parte significativa das UCs não possui plano de manejo e há a necessidade de se implantar corredores ecológicos para ampliar a conectividade e a integração da biodiversidade na região. Aponta-se uma necessária valorização de uma agenda que articule políticas urbanas e ambientais, na garantia do incremento de áreas verdes, recomposição da vegetação nativa e proteção da biodiversidade nos territórios identificados.

OBJETIVOS

- Promover a implantação de programas e ações que garantam a preservação, conservação, regeneração e recuperação dos mananciais hídricos da RMVPLN, com atenção especial à Lei de Proteção do Cerrado (Lei no 13.550/2009);
- Promover a preservação e a conservação dos fragmentos florestais e das unidades de conservação;
- Incentivar a elaboração de Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado, e prever sua integração com planos regionais;
- Promover articulação de instrumentos interfederativos e interinstitucionais para a proteção e recuperação da fauna silvestre.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 04 – Fauna e Flora nativa 2

DIRETRIZES

- Controlar e monitorar o uso do solo nas Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade Brasileira.
- Promover políticas públicas de incentivo à criação de unidades de conservação, incluindo as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), e promover estratégias para implementação de programas de duração continuada de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSAs) atribuídos a estas RPPNs.
- Estruturar o Sistema Metropolitano de Áreas Verdes e Áreas Protegidas (Savap), com o objetivo de tratar, de modo sistêmico, as questões relativas às áreas verdes e áreas protegidas, do ponto de vista regional, articulando políticas públicas e efetivando ações no âmbito metropolitano.
- Adotar incentivos à criação de unidades de conservação no entorno dos principais cursos d'água, nascentes e nas áreas de remanescentes florestais naturais, a fim de recuperar a vegetação e assegurar água limpa, bem como garantir a existência dos fragmentos de vegetação nativa.
- Acompanhar as futuras metas e ações dos Planos de Manejo de Áreas de Proteção Ambiental existentes, visando a compatibilizar sua função ambiental com o uso e ocupação do solo dos municípios, por meio dos seus zoneamentos.
- Incentivar a criação de corredores ecológicos na RMVPLN, visando à conectividade dos remanescentes florestais.
- Estabelecer parcerias com as universidades da região para o desenvolvimento de estudos para ampliação e recuperação de áreas florestais e áreas verdes;
- Incentivar a criação de áreas de agrofloresta como possibilidade de produção de alimentos e, conseqüentemente, de proteção do ambiente;
- Estimular a arborização urbana e a criação de florestas urbanas, com intuito de aumentar as áreas de infiltração e promover a diminuição de ilhas de calor;
- Promover instrumentos de sustentação socioeconômica dos ativos ambientais, contemplando, entre outros, a remuneração e a compensação financeira por áreas protegidas.
- Celebrar acordos e parcerias interfederativas e interinstitucionais para operacionalização das atividades de afugentamento, resgate, salvamento, assistencialismo e recuperação de fauna silvestre em situação de risco e vulnerabilidade.
- Adotar estratégias para mitigar a perda de biodiversidade decorrente de eventos naturais extremos ou acidentes ambientais causados por ação antrópica.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 04 – Fauna e Flora nativa 3

AÇÕES PROPOSTAS

- Elaborar Planos de Manejo para as Unidades de Conservação existentes, visando a compatibilizar sua função com o uso e ocupação dos municípios, por meio dos zoneamentos das Áreas de Proteção Ambiental.
- Promover a preservação e a restauração dos fragmentos florestais, bem como a criação de corredores ecológicos, visando à conectividade dos remanescentes florestais, em especial aqueles indicados no Mapa das Áreas Prioritárias para Restauração e Conservação na bacia do Rio Paraíba do Sul, Estado de São Paulo (GESP/SIMA/DATAGEO, 2018).
- Prover meios para garantir a continuidade e ampliação da aplicação do instrumento Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), nos moldes do Projeto Conexão Mata Atlântica (SIMA – 2017 / 2023), nas modalidades proteção e uso múltiplo de estímulo à adoção de boas práticas agrícolas e conversão agroecológica, privilegiando as Áreas Prioritárias para Restauração e Conservação na bacia do Rio Paraíba do Sul (GESP/SIMA/ DATAGEO, 2018).
- Incentivar a criação de unidades de conservação, especialmente na bacia do Rio Paraitinga e em áreas estratégicas de recarga dos aquíferos regionais, com programas de recuperação da vegetação nativa para proteger os recursos hídricos da região.
- Incentivar a elaboração de Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado, e sua integração em planos regionais.
- Mapear os rios e demais corpos d'água da região, e as condições de suas respectivas Áreas de Preservação Permanente (APPs).
- Definir um plano de ação com vistas a proteger, conservar e restaurar as matas ciliares ao longo dos corpos hídricos da região, considerando a inclusão de diretrizes de proteção das APPs nos planos diretores municipais, priorizando cursos d'água em condições precárias e emergências de recuperação.
- Promover iniciativas com as universidades locais para o levantamento de espécies arbóreas nativas e estímulo ao reflorestamento de Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação e áreas degradadas.
- Promover programas de fiscalização para coibir o avanço de usos não permitidos em Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação.
- Elaborar um plano regional de preservação da fauna silvestre, que contemple: levantamento da infraestrutura regional para proteção e atendimento dos animais; sistema de informação; estudos em conjunto com órgãos estaduais e federais para criação de CRAS (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) e CETAS (Centro de Triagem de Animais Silvestres), com capacidade para atendimento regional; estímulos à capacitação das equipes, sobretudo os pelotões ambientais das cidades, e a busca por fontes de custeio.
- Criar corredores ecológicos na RMVPLN, visando à conectividade dos remanescentes florestais, favorecendo o deslocamento seguro da fauna

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 04 – Fauna e Flora nativa 4

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- Câmara Temática que trate dos temas do Sistema Metropolitano de Áreas Verdes e Áreas Protegidas (Savap) e da Fauna Silvestre
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Prefeituras municipais

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Ministério da Justiça e Segurança – Fundo de Defesa de Direitos Difusos
- Ministério do Meio Ambiente – Fundo Nacional do Meio Ambiente
- BNDES – Finem – Meio Ambiente
- Governo Estadual – Desenvolve SP – Linha Economia Verde Municípios
- Fundo Estadual Fehidro

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 6 – Água Potável e Saneamento
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsável
- ODS 14 – Vida na Água
- ODS 15 – Vida Terrestre

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 05 – Saneamento 1

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Saneamento Ambiental

FPIC: Saneamento Ambiental

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: SC-018

TÍTULO: PE MASRH-05 | Gestão regional do saneamento ambiental

CONTEXTUALIZAÇÃO

O saneamento básico na RMVPLN – abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto – possui bons índices quando analisada a região como um todo. Porém, alguns municípios apresentam maior déficit, com baixos indicadores de coleta e tratamento de esgoto, principalmente os que possuem domicílios significativos em áreas rurais e no litoral norte. Em suma, o saneamento ambiental básico ainda é uma questão a ser enfrentada, independentemente do grau de interação regional e da relevância das dinâmicas econômicas.

A metropolização das áreas rurais, com intensificação de ocupações regulares ou não, coloca como desafio a estruturação de uma rede de abastecimento de água e coleta de esgoto nessas áreas, um problema sob o ponto de vista da gestão e da integração desses sistemas com a rede de saneamento urbana já implantada.

Os dados de atendimento da população pela rede pública de abastecimento de água de domicílios urbanos, presentes na base do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, davam conta de que cerca de 92% dos domicílios da RMVPLN estavam conectados à rede pública de distribuição de água. Do total dos 39 municípios, 18 têm mais de 90% dos seus domicílios conectados à rede, destacando-se Aparecida, Cruzeiro e São José dos Campos, com índices de cobertura acima de 97%. Os municípios com as menores coberturas possuem uma pequena proporção de seus domicílios em áreas urbanas – Redenção da Serra, Monteiro Lobato e Natividade da Serra, não atingindo 50% de seus domicílios atendidos por rede de água.

No âmbito do esgotamento sanitário, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, 81% dos domicílios da RMVPLN estavam conectados à rede de coleta de esgotos. Dez municípios da Região apresentam índices de atendimento da rede de coleta de esgotos inferiores a 50%. Os municípios com menores coberturas eram Redenção da Serra, Ubatuba e Ilhabela, com índices de 29%, 27% e 7%, respectivamente. Oito municípios da região apresentavam índices acima de 90%, destacando-se Aparecida, Lorena e Potim, com mais de 95% dos seus domicílios conectados à rede de coleta de esgotos.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 05 – Saneamento 2

OBJETIVO

Buscar a universalização do atendimento por rede de esgotamento sanitário, tanto de forma quantitativa como qualitativa, minimizando os riscos à saúde e ao meio ambiente, por meio da elevação da taxa de abastecimento de água nos municípios com menores índices e da ampliação significativa da coleta e tratamento de esgoto, em especial nos municípios do Litoral Norte.

DIRETRIZES

- Estruturar investimentos integrados para o saneamento ambiental, de maneira estratégica.
- Prover, de maneira equânime, os serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto.
- Reduzir e/ou eliminar os lançamentos in natura de esgotos sanitários em corpos hídricos, especialmente daqueles de abrangência regional.
- Ampliar a capacidade de coleta e interceptação, as instalações hidrossanitárias e o tratamento de esgotos.
- Ampliar nas áreas urbanas e rurais, a capacidade de produção e oferta de distribuição de água, com vistas ao alcance da meta proposta no novo marco do saneamento.
- Garantir a qualidade da água dos sistemas de abastecimento.
- Reduzir os altos índices de perdas de água nos sistemas de distribuição.
- Gerenciar o ciclo da infraestrutura de abastecimento de água.
- Fomentar o uso racional da água e o reúso, quando possível;
- Considerar recorte de gênero e raça como mecanismo de redução das desigualdades no acesso ao saneamento básico.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 05 – Saneamento 3

AÇÕES PROPOSTAS

- Elaborar plano de gestão regional de aprimoramento do saneamento ambiental, contemplando articulações que envolvam as temáticas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.
- Implementar o plano de aprimoramento do saneamento ambiental.
- Monitorar constantemente os indicadores relacionados ao saneamento ambiental da região, principalmente o atingimento das metas do Marco do Saneamento Básico de garantir o atendimento de 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto, até 31 de dezembro de 2033.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática de Saneamento Ambiental
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Sabesp
- Órgãos municipais responsáveis pelo saneamento

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) Avançar Cidades – Saneamento
- BNDES – Finem – Desenvolvimento Integrado dos Municípios
- Governo estadual – Desenvolve SP – Linha de Apoio a Investimentos Municipais
- Fundo Estadual Fehidro
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) – Programas de Desenvolvimento Sustentável e Integração Regional
- Banco de Desenvolvimento – Fonplata – Empréstimos e Cooperções Técnicas para Integração Regional das Áreas mais Vulneráveis

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 6 – Água Potável e Saneamento

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 06 – Agroecologia e Agrofloresta 1

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Meio Ambiente

FPIC: Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: SC-033

TÍTULO: PE MASRH-06 | Fomentar a agroecologia, as agroflorestas, florestas e hortas em espaços rurais e urbanos

CONTEXTUALIZAÇÃO

A biodiversidade na RMVPLN é significativa, constituindo-se ativo importante de provimento de necessidades básicas para a população da região metropolitana, por meio da segurança alimentar e pela produção de produtos e serviços, como o leite, entre outros.

A criação de estruturas descentralizadas para apoio e prestação de serviços para o segmento rural, a exemplo das experiências exitosas – como o Ponto Rural e a Sala do Empreendedor Rural – existentes na região, que servem de modelo a serem replicados na RMVPLN. Ampliar a abrangência dos temas elegíveis para o PSA, incluindo a conservação do solo e o saneamento.

OBJETIVOS

- Coadunar a proteção, a preservação e a regeneração da biodiversidade local, a fim de fortalecer a cadeia alimentar e a provisão de alimentos para a região de forma sustentável.
- Aprimorar a dinâmica de produção e distribuição de alimentos na região.
- Resignificar o espaço urbano como verde-urbano, onde possível.
- Fomentar a agricultura familiar na região.
- Promover estratégias de fortalecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico vocacionados para a produtividade rural.

Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – 06 – Agroecologia e Agrofloresta 2

DIRETRIZES

- Estimular a descentralização na produção de alimentos, ao mesmo tempo que preserva e regenera a biodiversidade regional.
- Promover resiliência no desenvolvimento local pela perspectiva da segurança alimentar.
- Considerar o recorte de gênero e raça como mecanismo de redução das desigualdades nas ações de segurança alimentar e desenvolvimento rural.

AÇÕES PROPOSTAS

- Elaborar plano de ação para medidas efetivas de criação de espaços em áreas urbanizadas, destinadas à criação de agroflorestas/florestas urbanas e hortas urbanas públicas e núcleos de compostagem orgânica.
- Incentivar atividades culturais e comunitárias no âmbito da temática.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática de Meio Ambiente
- Prefeituras municipais

Possíveis fontes financeiras

- Governo Estadual – Desenvolve SP – Linha de Apoio a Investimentos Municipais

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Propostas para as FPICs

Tema: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

- 1 - Promover, diversificar e fortalecer a produção agrícola regional;
- 2 - Planejar a cadeia de valor da atividade minerária regional em bases sustentáveis;
- 3 - Planejar a cadeia de valor do petróleo e do gás natural em bases sustentáveis;
- 4 - Estimular a indústria de turismo como um dos eixos de desenvolvimento sustentável;
- 5 - Promover a formação, a capacitação e a qualificação profissional;
- 6 – Promover a requalificação urbana e o fomento às micro e pequenas empresas da região;
- 7 - Promover políticas públicas regionais de Cidades Inteligentes;
- 8 - Promover políticas públicas regionais para territórios quilombolas, terras indígenas e comunidades tradicionais da região;
- 9 - Promover políticas públicas regionais voltadas ao desenvolvimento científico-tecnológico e à economia criativa.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 01 – Agricultura 1

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Agricultura e Agronegócio

FPIC: Agricultura e Agronegócio

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-029 E; PP-034 A; PP-034 B; PP-034 C; PP-038; SC-026

TÍTULO: PE DEAS-01 | Produção Agrícola

CONTEXTUALIZAÇÃO

Parte significativa dos municípios da RMVPLN, para além dos municípios-sede das sub-regiões, é formada com predominância agrícola e dependente de uma produção específica, o que também ocorre no acesso a bens e serviços, cuja dependência afeta os municípios pequenos em relação às centralidades regionais e sub-regionais. O impacto da urbanização, por outro lado, pode trazer o esgotamento de trabalhadores qualificados nas áreas rurais, levando a problemas organizacionais.

Nas áreas rurais das cidades mais afastadas, a cafeicultura deu lugar às pastagens e ao cultivo de arroz, milho e trigo. As antigas fazendas de café voltaram-se para o turismo rural e de aventura. Já as cidades situadas no entorno da Rodovia Presidente Dutra buscaram o desenvolvimento industrial que, embora lento, hoje é uma força econômica relevante.

Mesmo que a expressão da agropecuária seja reduzida, devido à presença de solos montanhosos, o agronegócio tem condições de intensificar o desenvolvimento regional. São destaques as produções ligadas à cadeia alimentar, como frutas, doces, bebidas, laticínios e defumados.

A nova economia – que integra uma perspectiva de preservação e regeneração do meio ambiente – exige maior eficiência e integração em todos os seus eixos, e a agricultura é um deles. Nesse contexto, impõe-se a necessidade de transformação do agronegócio nos moldes da nova economia, incorporando tecnologia aos sistemas produtivos e de consumo. A agricultura sustentável está à frente da maioria dos investimentos no campo, aliando o tripé de sustentabilidade social, ambiental e econômica, gerando riqueza e valor para os setores da agricultura e do agronegócio.

Nos territórios onde a produção agrícola enfrenta dificuldades, são desafios importantes a incorporação de novas tecnologias e a superação das falhas da cadeia do agronegócio. A distribuição das atividades de intensidade tecnológica, por exemplo, e a melhoria das condições de acesso destas a partir dos pequenos núcleos urbanos devem ser enfrentadas, de forma que as pequenas cidades não recepcionem apenas as externalidades negativas do processo de metropolização.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 01 – Agricultura 2

OBJETIVO

Promover ações voltadas ao apoio dos produtores rurais e às atividades destinadas a intensificar o desenvolvimento do agronegócio – com destaque para produções ligadas à cadeia alimentar, como frutas, doces, bebidas, laticínios e defumados –, por meio de ações coletivas e integradoras à preservação e à regeneração ambiental, além da adoção de boas práticas agrícolas e ambientais, do desenvolvimento de redes de distribuição e comercialização, para elevar a competitividade da produção local e melhorar os resultados econômicos do setor na região.

DIRETRIZES

- Buscar mecanismos para melhorar a rentabilidade do produtor, o fortalecimento do mercado local de compras e a aquisição de produtos frescos por menor preço.
- Articular produtores locais e a rede de assistência técnica existente no Estado de São Paulo, para fomentar a implementação de processos mais aderentes à conservação do solo e uso eficiente dos recursos hídricos.
- Estimular a produção e a comercialização local de alimentos, para assegurar abastecimento regional de produtos agrícolas a preços adequados.
- Articular produtores rurais para formar uma rede de comercialização de produtos agroecológicos.
- Articular ações com os órgãos competentes para valorização dos produtos provenientes da região e fomentar a certificação de produtos agrícolas regionais/selo de procedência – em especial produtos agroecológicos –, com incentivos de consumo público e privado de produtos de origem metropolitana.
- Estimular a produção a partir de técnicas sustentáveis e tecnológicas de forma a preservar o meio ambiente.
- Incentivar estudos que envolvam análises geoespaciais, modelagens agroambientais e inteligência territorial estratégica.
- Incentivar a bioeconomia como oportunidade para a agricultura utilizar e aprimorar seu potencial de multifuncionalidade, que é sua capacidade de produção de alimentos, fibras, energia, prestação de serviços ambientais e ecossistêmicos, química verde e novos insumos.
- Criar estruturas descentralizadas para apoio e prestação de serviços para o segmento rural, a exemplo das experiências exitosas em São José dos Campos, como o Ponto Rural e a Sala do Empreendedor Rural.
- Promover estratégias de fortalecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico vocacionados para a produtividade rural, a exemplo das unidades de pesquisa em fruticultura de São Bento do Sapucaí (EDR/SAA).
- Dar suporte legal para que startups possam participar do processo de compras públicas de maneira simplificada, fácil e transparente.
- Considerar o recorte de gênero e raça como mecanismo de redução das desigualdades no setor agrícola.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 01 – Agricultura 3

AÇÕES PROPOSTAS

- Elaborar diagnóstico sobre produtores agrícolas regionais, incluindo a identificação e a caracterização da rede de produtores agroecológicos, para fomentos de redes, arranjos produtivos locais etc.
- Mapear instrumentos disponíveis ao fomento de práticas agrícolas sustentáveis;
- Desenvolver estudos de viabilização de recursos para agricultores da região, por meio do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e pela conservação de áreas florestadas nas propriedades, estimulando sua permanência na região e a continuidade da atividade agrícola.
- Elaborar Plano de Desenvolvimento Econômico Agroecológico, visando a incentivar a otimização no uso das áreas já destinadas à atividade de agricultura do território.
- Viabilizar a implantação de plataforma de compartilhamento de boas práticas e inovação, por meio da produção e disponibilização de informações técnicas sobre as diversas ações no campo da agricultura, fortalecendo a cultura de cada sub-região por meio da divulgação de experiências exitosas, informações sobre clima e safra, instrumentos de inovação, entre outros.
- Implantar programas de reflorestamento de pequeno produtor.
- Incentivar a produção de hortigranjeiros nas microbacias, banco de sementes, pequenos animais, cursos profissionalizantes, exposições e feiras.
- Estimular a criação de entrepostos de comercialização regional, visando a melhorar a rentabilidade do produtor.
- Criar estratégia regional de enfrentamento dos impactos econômicos resultantes de eventos climáticos no setor agrícola.
- Coordenação e apoio aos Arranjos Produtivos Locais já reconhecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e aos que ainda se organizam para tal.
- Monitorar e avaliar as metas e ações contidas no plano.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 01 – Agricultura 4

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática: CDM-CT Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
- Secretaria Estadual de Turismo do Estado de São Paulo
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- Entidades rurais representativas
- Desenvolve SP

Possíveis fontes financeiras

- BNDES – Finem – Agropecuária

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 02 – Mineração 1

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico

FPIC: Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: SC-028, PP-034 E

TÍTULO: PE DEAS-02 / Mineração

CONTEXTUALIZAÇÃO

A produção de minérios está normalmente associada a investimentos de naturezas diversas (infraestrutura, vias de transporte, energia e serviços, entre outros) e, por esse motivo, o setor tem alto potencial para ser um polo estratégico para o desenvolvimento de outros setores. Por outro lado, por se tratar de um recurso natural, a extração pode trazer vários impactos ambientais indesejáveis – e também conflitos em relação ao uso e ocupação do solo.

Cerca de 70% do valor da produção mineral do Estado de São Paulo estão concentrados em quatro grupos de grande peso na cadeia produtiva da construção: brita, areia, calcário e argila.

De acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT 2015), a RMVPLN tem uma produção diversificada de minerais e rochas industriais, com destaque para água mineral (Campos do Jordão), areia (Taubaté) e calcário (Jambeiro). Nesse contexto, a mineração de areia é a que prevalece, cuja produção, (diante da escassez da exploração de areia nos rios Tietê e Pinheiros) extrapola o abastecimento dos centros consumidores locais e vem contribuindo, de forma crescente, sobretudo para o suprimento da indústria da construção civil na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Atualmente, a RMVPLN responde por cerca de 5% da produção nacional e 25% do Estado, com projeções de que 30% seja destinada à Capital. A extração de areia tem papel importante na economia de alguns municípios da região. Por se tratar de insumo para a construção civil, é de suma importância que haja oferta em locais próximos aos grandes centros urbanos, uma vez que o frete é fator fundamental para garantir a competitividade.

Por outro lado, o fato de ser uma atividade de competência federal (subsolos são direitos da União) fez com que algumas cidades buscassem formas de evitar a costumeira degradação ambiental e dos passivos ambientais deixados pela mineração – o que acabou provocando mecanismos de proibição da atividade em seus territórios.

Portanto, é preciso fomentar e apoiar a geração de tecnologias, a normatização e a sustentação econômica para a consolidação do mercado de agregados reciclados, uma vez que este é importante para o desenvolvimento econômico da região e do país, mas com foco na redução de impactos ambientais negativos e em formas de preservar e regenerar o meio ambiente.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 02 – Mineração 2

OBJETIVOS

- Formular diretrizes econômicas específicas para o setor de mineração capazes de estruturar o desenvolvimento da cadeia de valor da mineração e os meios de prover comissionamento e descomissionamento, de maneira responsável e segura, protegendo e regenerando o patrimônio ambiental.
- Fomentar e apoiar a geração de tecnologias, a normatização e a sustentação econômica para consolidação do mercado de agregados reciclados.
- Garantir, a médio e longo prazos, mecanismos de não dependência dos governos e sociedades locais no entorno de uma única economia.
- Promover uma gestão da mineração inovadora e visionária, que integre as estratégias e práticas de ESG em todo seu ciclo.

DIRETRIZES

- Compreender o panorama geológico dos municípios da RMVPLN.
- Planejar a consolidação e a expansão sustentável da cadeia de valor da mineração.
- Articular e fortalecer a fiscalização e o monitoramento municipal da atividade mineral, a fim de acompanhar seu desenvolvimento no território e coibir a clandestinidade, a informalidade e as más práticas de mineração.
- Estruturar ambiente regulatório para zoneamento minerário na região, com identificação do potencial e compatibilização com as atividades rurais e urbanas.
- Apoiar a construção de uma base de dados destinada ao levantamento dos títulos minerários incidentes na região, balanço anual da produção e consumo de agregados e os indicadores da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral).
- Elaborar estratégia, diretrizes e plano de ação para apoiar os governos locais na otimização da aplicação dos recursos oriundos da CFEM.
- Apoiar a implantação de um núcleo de desenvolvimento e pesquisa regional voltado para tecnologias inovadoras e sustentáveis na construção civil, buscando abranger as questões relativas à mineração.
- Compatibilizar e integrar dados e legislações existentes da área de mineração, como o OTGM RMVPLN de 2015, o Zoneamento Ambiental para a Mineração de Areia da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, SMA /1999.
- Estimular a potencialização das jazidas desativadas e promover planos de uso futuro para as jazidas exauridas. • Promover alternativas para reabilitação de áreas mineradas.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 02 – Mineração 3

AÇÕES PROPOSTAS

- Elaborar o mapeamento geológico dos municípios da RMVPLN.
- Elaborar diretrizes para a consolidação e a expansão da cadeia de valor agregado da atividade de mineração.
- Desenvolver sistema de base de dados e observatório da atividade minerária, bem como um plano de ação para qualificar o uso dos dados e a aplicação dos tributos recolhidos, para melhorar políticas públicas locais de desenvolvimento sustentável.
- Apoiar a elaboração de um panorama e Plano de Caracterização da Mineração, considerando os planos diretores municipais e as atualizações, quando necessário, do ambiente regulatório relacionado ao tema.
- Identificar e mapear as áreas degradadas, de forma a elaborar um plano de recuperação.
- Identificar e planejar novos usos para as cavas exauridas da mineração, como reservatório de água para eventos climáticos de escassez hídrica, geração de energia solar flutuante, piscicultura, parques lineares, entre outras iniciativas que preconizem a preservação e a regeneração ambiental.
- Desenvolver o Plano Regional de Mineração.
- Implementar, monitorar, avaliar e aprimorar as ações propostas no Plano Regional de Mineração.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 02 – Mineração 4

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- Prefeituras municipais
- Organizações representativas do setor de mineração

Possíveis fontes financeiras

- BNDES Finem – Desenvolvimento Integrado de Municípios
- Governo Estadual – Desenvolve SP – Linha de Apoio a Investimentos Municipais

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 12 – consumo e Produção Responsáveis

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 03 – Petróleo e gás 1

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico

FPIC: Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: nenhuma

TÍTULO: PE DEAS-03 / Petróleo e gás

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Terminal Marítimo Almirante Barroso (Tebar) da Petrobras, situado no Litoral Norte do Estado, é o maior terminal operado pela Transpetro para as atividades de petróleo e seus derivados. O terminal é responsável pela movimentação de mais de 60% do petróleo nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Já os derivados de petróleo são o setor com maior peso no valor de transformação industrial na RMVPLN, com 20,65% em 2017. O Plano Paulista de Energia (PPE-2020) aponta para a intensificação do uso de gás natural em São Paulo pelos diferentes segmentos de consumo, tendo como premissa a indução da penetração do gás natural nos segmentos que apresentam maior potencial de agregação de valor e competitividade econômica, melhorias ambientais decorrentes da substituição de outros energéticos mais poluentes e do aumento da eficiência energética. O PPE-2020 previa elevar para 69% a participação das energias renováveis na matriz energética do Estado até 2020. Contudo, as fontes de energias não renováveis, como derivados de petróleo e gás natural, representam 61% do consumo no Estado e 66% na RMVPLN. Quanto ao gás natural, a RMVPLN responde por 14% do consumo estadual, com Jacareí entre os 15 maiores consumidores, com 5,67%.

Apesar do grande potencial da exploração de petróleo e do gás natural na região, coloca-se o desafio da construção de uma agenda capaz de induzir e dinamizar a economia para além das atividades de extração, ou seja, agregação de valor na cadeia produtiva. Em suma, os benefícios decorrentes da produção crescente poderão incrementar a geração de renda e o emprego, incorporando avanços de centros de pesquisa e segmentos a jusante da cadeia produtiva de exploração de petróleo e gás natural.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 03 – Petróleo e gás 2

OBJETIVOS

- Fomentar o desenvolvimento das cadeias de valor do petróleo e do gás natural, a geração de renda e emprego, incorporando avanços de centros de pesquisa e segmentos da cadeia produtiva.
- Fomentar e apoiar a geração de tecnologias, normatização e sustentação econômica para consolidação do mercado de petróleo e gás.
- Garantir, a médio e longo prazos, mecanismos de não dependência dos governos e sociedades locais no entorno de uma única economia.

DIRETRIZES

- Compreender o panorama da economia do petróleo e gás natural da RMVPLN.
- Planejar a consolidação e a expansão sustentável das cadeias de valor do petróleo e do gás natural.
- Apoiar a construção de uma base de dados sobre o setor de petróleo e gás da região.
- Elaborar estratégia, diretrizes e plano de ação para apoiar os governos locais na otimização da aplicação dos recursos oriundos dos royalties.
- Apoiar a implantação de um núcleo de desenvolvimento e pesquisa regional voltado para tecnologias inovadoras e sustentáveis para questões relativas à agregação de valor ao setor, na região.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 03 – Petróleo e gás 3

AÇÕES PROPOSTAS

- Apoiar a estruturação de programas destinados à qualificação da mão de obra local (como Pronatec), com vistas à geração de empregos, devido à natureza técnica altamente especializada dessa indústria e as características operacionais do setor: a força de trabalho requerida é, na maior parte dos casos, altamente especializada.
- Apoiar investimentos em infraestruturas urbanas e logísticas, em função da implantação de empreendimentos. Os investimentos demandados pelos novos negócios e empreendimentos na atividade econômica de P&G devem estar associados aos investimentos na expansão da infraestrutura pública, adaptando-a a novas demandas por mobilidade urbana, transporte, habitação, educação e saúde, considerando as peculiaridades ambientais do litoral paulista.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Ministério de Minas e Energia
- Ministério da Economia

Possíveis fontes financeiras

- BNDES Finem – Investimento em infraestrutura e/ou serviços para escoamento e transporte de petróleo, seus derivados e biocombustíveis

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 04 – Turismo 1

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Turismo

FPIC: Turismo

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: SC-007 D; PP-029 C; PP-029 D; SC-003; SC-006 D; SC-013 B; SC-024

TÍTULO: PE DEAS-04 | Estimular a indústria de turismo como um dos eixos de desenvolvimento sustentável

CONTEXTUALIZAÇÃO

Observa-se uma grande diversidade de segmentos turísticos na RMVPLN, como o litorâneo, de aventura, religioso, cultural, entre outros. A atividade é bem mais expressiva nas áreas exteriores à várzea do Rio Paraíba do Sul, nas quais as paisagens naturais das regiões serranas são exploradas. Associa-se a esta característica o patrimônio arquitetônico e cultural presente na região, que remete aos períodos da colonização e do auge da cultura cafeeira.

Na faixa marginal à planície aluvionar, o turismo religioso tem maior importância, principalmente por conta do Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, no município de Aparecida, da Comunidade Canção Nova, em Cachoeira Paulista, e da igreja e do museu Santo Antônio de Sant'Anna Galvão, em Guaratinguetá, construídos em homenagem ao Frei Galvão. Também estão presentes dois outros roteiros turísticos nessa faixa: o Circuito Caminhos do Rio Paraíba e o Circuito Paulista da Estrada Real. A Mantiqueira Paulista e o Litoral Norte fazem parte do programa Rotas Cênicas Paulistas. O programa tem como objetivo hierarquizar os destinos em cada rota, agregando valor, em termos de qualidade visual e especial, à paisagem e à população. Na Mantiqueira, as diversas paisagens são divididas em: Rota Vertente da Serra; Rota do Arvoredo; Rota Campista e Rota do Livro. No Litoral Norte, são as seguintes rotas: Rota da Enseada e Rota Costa Atlântica. Os vínculos de empregos formais na área do turismo são estabelecidos no entorno da Via Dutra e no Litoral Norte, com destaque para os municípios de Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba, São José dos Campos, Taubaté, Campos de Jordão e Aparecida, que concentram entre 2.252 e 9.579 vínculos. O total de vínculos no setor era de 43 mil em 2019.

Os destinos principais citados estão com a infraestrutura turística sobrecarregada, que incorre no aumento de assentamentos precários e pressão sobre os ativos ambientais. Esses distintos roteiros turísticos se beneficiariam significativamente de um plano e uma gestão compartilhada entre municípios, para organizar melhor a cadeia econômica e seus impactos.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 04 – Turismo 2

OBJETIVO

Estruturar uma política metropolitana de promoção ao turismo e de organização do território para receber essas atividades de forma sustentável, com base no reconhecimento, na proteção, no fortalecimento e na valorização da população regional, das comunidades locais e dos recursos naturais fundamentais para o bem-estar e a qualidade de vida na sociedade.

DIRETRIZES

- Estimular a organização das atividades de turismo como vetor de conexão territorial da região, de geração de emprego e renda, especialmente das sub-regiões com baixa atividade econômica.
- Promover ações que atraiam serviços e investimentos privados de fomento à economia solidária, às atividades de turismo e ecoturismo e à promoção da qualificação profissional adequada à especialização/funcionalidade de cada porção do território da RMVPLN.
- Promover produtos e serviços artesanais regionais que considerem o reconhecimento, a proteção, o fortalecimento e a valorização da população regional, das comunidades locais e dos recursos naturais fundamentais para o bem-estar e a qualidade de vida em toda a cadeia de valor do turismo.
- Fomentar a arte e a cultura regionais, por meio de projetos finalísticos que representem o Vale e atraiam turistas para a região.
- Fomentar um turismo ecológico que integre trilhas, passeios, entre outras atividades, e educação ambiental.
- Estimular o uso de modais, por exemplo linhas férreas – públicas ou privadas –, interligando vários municípios, como mecanismo de vetor de turismo; integrar à Estratégia para Ação Metropolitana das Rotas Turísticas Integradas.
- Estimular o uso de tecnologia e inovação social como alicerces para a inclusão produtiva da população local.
- Fomentar o fortalecimento de arranjos produtivos rurais relacionados ao setor de turismo da região.
- Desenvolver estratégias para garantir que haja convergência entre políticas públicas e financiamentos, independentemente da esfera federativa e se recursos privados ou públicos, a partir do plano de turismo regional.
- Pactuar e implementar, em parceria com trade turístico, políticas e ações para assegurar o caráter sustentável da indústria do turismo.
- Estimular mudanças nos processos de manufatura, design, produto, operações e sistemas relacionados à produção, aumentando o valor da cadeia organizacional e em todo o ciclo de vida dos produtos e serviços do turismo.
- Promover ligações entre startups, PMEs e grandes empresas do setor de turismo.
- Dar suporte legal para que startups possam participar do processo de compras públicas, de maneira simplificada, fácil e transparente.
- Considerar o recorte de gênero e raça como mecanismo de redução das desigualdades por meio do desenvolvimento do setor de turismo.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 04 – Turismo 3

AÇÕES PROPOSTAS

- Realizar um mapeamento dos ativos turísticos existentes e um diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra atual, para que se possa elaborar propostas visando a desenvolver estudo para compreender as vocações e tendências turísticas para a RMVPLN, e identificar desafios e potencialidades com seus respectivos planos de ação.
- Criar calendário anual turístico metropolitano e estruturar apoio aos municípios para sua implementação. • Desenvolver um Plano de Turismo Regional que considere:
 - | Preservar e regenerar as riquezas turísticas;
 - | Incentivar produtos e serviços tradicionais regionais;
 - | Propor plano de ação e de parcerias para fortalecer a qualificação de mão de obra e as micro, pequenas e médias empresas do setor;
 - | Implantar centros de atendimento ao turista;
 - | Estruturar plano de ação de marketing e publicidade do turismo regional, com objetivo de atrair turistas locais, regionais, nacionais e internacionais;
 - | Estimular a criação e a manutenção de rotas turísticas temáticas regionais;
 - | Criar observatório do turismo para coletar e analisar informações turísticas para subsidiar melhorias nas políticas públicas de turismo;
 - | Melhorar a infraestrutura e a sinalização turísticas.
- Promover articulações institucionais com órgãos do governo do Estado, representantes da iniciativa privada e investidores, visando a colocar a região como área favorável e atrativa a novos investimentos.
- Estabelecer critérios operacionais e construtivos para Estradas Cênicas, contempladas no Programa Rotas Cênicas do governo estadual, por meio de resolução do Conselho Estadual de Turismo (Comtur) e do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema).
- Desenvolver plano de ação para melhoria das capacidades estatais municipais na área do turismo.
- Buscar fontes de financiamento e implantação do Plano de Turismo Regional.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 04 – Turismo 4

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática de Turismo
- Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Estadual de Turismo e Viagens
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Secretaria da Cultura e Economia Criativa
- Prefeituras municipais
- Conselhos Municipais de Turismo
- Organizações da sociedade civil representativas do setor do turismo
- Convention & Visitors Bureau

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Programa de Crédito Turístico – Crédito para investimento, capital de giro com apoio do BNDES Prodetur+ Turismo
- Governo Estadual – Desenvolve SP – Linha de Apoio a Investimentos Municipais
- Programa de Crédito Turístico Governo de São Paulo (Desenvolve SP/Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo/ BNDES/Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal)
- BID – Programa Turismo Sustentável
- Setor privado (PPPs)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 05 – Qualificação profissional 1

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico

FPIC: Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-029 A, PP-031 C

TÍTULO: PE DEAS-05 | Promover a formação, a capacitação e a qualificação profissional

CONTEXTUALIZAÇÃO

A incompatibilidade de habilidades, ou seja, a lacuna entre as habilidades atuais da força de trabalho e as habilidades que serão necessárias para empregos no futuro, é uma megatendência a ser considerada quando se olha para a formação, a capacitação e a qualificação profissionais. Em contrapartida, as políticas públicas de trabalho, emprego e renda devem ficar atentas para não ampliar as desigualdades sociais, com o aumento da oferta de empregos de alta qualificação e desemprego para as pessoas com baixa qualificação.

Outra questão significativa a ser levada em conta é o descasamento entre as habilidades das pessoas, as necessidades do mercado de hoje e do futuro e a oferta de serviços de políticas públicas. Ainda assim, a maior oferta de formação profissional tem importância estratégica no desenvolvimento metropolitano. Pelo lado do trabalhador, amplia as oportunidades de trabalho mais qualificado e melhor remunerado; do lado das empresas, aumenta a oferta de mão de obra qualificada, apoiando decisões de investimento e valor agregado na produção de produtos e serviços.

Nesse contexto, a qualificação da mão de obra é uma das condições necessárias à adoção, ao desenvolvimento e à operação de novas tecnologias. Há, ainda, a demanda por ampliação da escolaridade e oferta de formação técnica. Esta proposta está focada na elevação da qualidade do ensino médio e do acesso à modalidade profissionalizante; e na ampliação da oferta de qualificação profissional. O enfrentamento dos desafios do ensino médio – permanência e qualidade – e a maior integração com as demandas do setor produtivo são importantes metas a serem superadas para elevar o nível de escolarização e a inserção produtiva dos jovens. Ao mesmo tempo, é importante considerar as diferenças no padrão de formação da força de trabalho e a distribuição desigual no território metropolitano da oferta de cursos. A pulverização de equipamentos que suportem essas atividades pode ser uma estratégia importante para fortalecer os vínculos que reduzam a dependência em relação ao município de São José dos Campos e intermediárias ao longo do eixo da Via Dutra, além de fornecer oportunidades que auxiliem no desenvolvimento econômico da RMVPLN.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 05 – Qualificação profissional 2

OBJETIVO

Instituir políticas metropolitanas para aumento do acesso e elevação da qualidade do ensino médio e do acesso à modalidade profissionalizante, além da ampliação da oferta de qualificação profissional, com o propósito de diminuir a desigualdade na oferta de cursos no território metropolitano e ampliar a relação com as demandas do setor produtivo.

DIRETRIZES

- Estimular a articulação e a governança entre os entes federativos, especialmente estadual e municipais, na integração e implementação organizada de políticas públicas de educação, formação, capacitação e qualificação de mão de obra local.
- Integrar a atuação das redes municipais e estadual de educação para assegurar o compartilhamento de boas práticas visando a elevar a qualidade do ensino médio.
- Considerar as dinâmicas sub-regionais e a descentralização de oportunidades, de maneira a contribuir para núcleos de desenvolvimento local e reduzir a circulação pendular e a migração sub-regional.
- Compreender as vocações e as tendências econômicas para cada sub-região, e por municípios, para aprimorar a integração dos cursos ofertados com as demandas empresariais.
- Articular e estabelecer parcerias com instituições instaladas ou com potencial de instalação na região para ofertar cursos de formação, incluindo formação continuada para a rede de professores locais.
- Articular com o setor produtivo a ampliação de oportunidades de estágio e de contratação, por meio da Lei da Aprendizagem, para jovens residentes na região, tendo como contrapartida o compromisso, pela instância de gestão metropolitana, de ampliar a oferta de cursos profissionalizantes alinhados com as demandas produtivas.
- Compreender as demandas contemporâneas da iniciativa privada na definição dos cursos a serem ofertados, considerando ainda as tendências e as vocações de desenvolvimento da região.
- Considerar os paradigmas do futuro do trabalho e as demandas da população, especialmente os jovens e pessoas de 60 anos ou mais, na construção das ementas e repertório de cursos e disciplinas ofertados.
- Estruturar modelos inovadores e com base tecnológica, como EAD, para dar capilaridade e escala às ofertas de cursos, formações, capacitações e qualificações.
- Construir uma rede de instituições, privadas ou públicas, que ofertem os cursos de maneira integrada.
- Organizar, em parceria com instituições que ofertem cursos técnicos, universidades e IFETs, programas de assistência técnica em gestão e inovação, para micro e pequenas empresas (MPEs) e empreendedores individuais, de forma articulada com as vocações regionais.
- Articular, com concessionárias de serviços públicos instaladas na região, o mapeamento da necessidade e futura instalação de banda larga em locais mais remotos.
- Analisar a tendência de aumento dos processos e aplicação de sustentabilidade, modificando diretrizes educacionais quando necessário, para apoiar na preparação de profissionais que contribuam para a mudança dos padrões de produção e consumo.
- Considerar o recorte de gênero e raça como mecanismo de redução das desigualdades na formação e qualificação profissional.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 05 – Qualificação profissional 3

AÇÕES PROPOSTAS

- Criar instância de coordenação entre secretarias municipais e estadual de educação para assegurar o compartilhamento de boas práticas para elevar a qualidade do ensino. A atividade deve considerar as diferenças de desempenho das redes de ensino médio expressas nos patamares distintos do Ideb.
- Mapear a oferta de cursos, de instituições e vocações produtivas regionais, aperfeiçoar a oferta de cursos em consonância com as demandas empresariais regionais.
- Identificar os desafios e potencialidades que os estudantes encontram para acessar os cursos e as instituições de ensino.
- Realizar parceria com o Instituto Paula Souza, universidades e IFETs da região; organizar, em parceria com as universidades e IFETs, programas de assistência técnica em gestão e inovação, para MPEs e empreendedores individuais, articulados com as vocações regionais.
- Apoiar a criação de polos de tecnologia e FabLabs ligados à formação e à qualificação de educadores.
- Desenvolver e manter um sistema metropolitano de formação profissional em funcionamento e contínua atualização da oferta de cursos.
- Dar condições de distribuição e funcionamento das redes de infraestrutura fundamentais para a qualificação da urbanização regional em relação a educação.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática Metropolitana de Atendimento Social
- Câmara Temática Metropolitana de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Estadual de Educação
- Representantes do Sistrtema Paula Sousa-Fatecs, Etecs etc.
- Sebrae
- Entidades empresariais
- Conselhos municipais de educação

Instituir Grupo de Trabalho de Educação profissional, no âmbito das Câmaras Temáticas Metropolitana de Atendimento Social e de Desenvolvimento Econômico. Este grupo de trabalho seria composto por: 1) representantes das secretarias municipais e estadual de educação, para pensar ações estratégicas ligadas ao ensino médio; 2) representantes das instituições de ensino técnico e superior e das entidades empresariais.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 05 – Qualificação profissional 4

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Programa de Desenvolvimento Urbano – Pró-Cidades
- BNDES Finem – Desenvolvimento Integrado dos Municípios
- Governo Estadual – Banco do Povo Paulista, Empreenda Mulher, Empreenda Rápido*

*As fontes de financiamento acima citadas são linhas direcionadas à pessoa jurídica.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 4 – Educação de Qualidade
- ODS 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico
- ODS 10 – Redução das desigualdades

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 06 – MPEs 1

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico

FPIC: Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-009; PP-029 A; PP-034 F; SC-020

TÍTULO: PE DEAS-06 | Programa de requalificação urbana e fomento às micro e pequenas empresas da região

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em relação à distribuição etária da população da RMVPLN, no ano de 2020 foi observada uma concentração da população do meio da pirâmide, especialmente entre 20 e 49 anos. Verifica-se aí uma tendência de transição demográfica que indica envelhecimento da população, como aponta a projeção da pirâmide etária para 2030. Porém, diferentemente de outras regiões, a tendência de envelhecimento na RMVPLN apresenta um ritmo menor. Ou seja, a diminuição da população das faixas com menor idade não é significativa no curto prazo, ainda que já levante questões como, por exemplo, a restrição à inovação, à produtividade da força de trabalho e ao dinamismo macroeconômico.

A preparação do espaço urbano para uma população em processo de envelhecimento, em especial, e também para ofertar mais espaços de convivência para a população como um todo, é um requisito para cidades mais sustentáveis. Coordenado pelo comitê metropolitano, um programa com este escopo pode, ainda, produzir demanda para as MPEs operando na área metropolitana. Pode também servir de base para parcerias com empresas que, por meio de suas políticas corporativas de governança, aspectos sociais e ambientais (ESG), possam apadrinhar, financeiramente, a recuperação e a expansão de áreas verdes para uso público.

OBJETIVOS

- Requalificar o espaço urbano de maneira a prover qualidade de vida para todas as faixas etárias, principalmente de 60 anos ou mais, por meio da convivência em espaços públicos.
- Fomentar MPEs como parceiros na requalificação urbana, fortalecendo a economia local.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 06 – MPEs 2

DIRETRIZES

- Estimular a requalificação urbana em políticas públicas locais de apoio ao empreendedor e empresas.
- Considerar as dinâmicas socioeconômicas locais intramunicipais e sub-regionais.
- Fomentar diretrizes de requalificação urbana que considerem a diversidade, a integração social, a convivência pública e o estímulo às manifestações culturais.
- Integrar, quando possível, estratégias, mecanismos e ações junto à iniciativa privada para absorção de mão de obra de pessoas de 60 anos ou mais.
- Estruturar ações estratégicas conjuntas, que envolvam tanto os governos locais e estaduais como a iniciativa privada, sociedade civil e academia, para prover geração de renda, fomentar empreendedorismo e base de pesquisa e desenvolvimento.
- Fomentar ações e instrumentos inovadores de parceria entre governos e iniciativa privada para reformas, reestruturação e manutenção de equipamentos de interesse público.
- Priorizar as micro e pequenas empresas no fornecimento de serviços de implantação e manutenção dos equipamentos urbanos, além de obras para garantir acessibilidade.
- Fomentar a de economia circular nas MPEs.
- Considerar o recorte de gênero e raça como mecanismo de redução das desigualdades e acesso de qualidade aos espaços urbanos e também no fomento às MPEs.

AÇÕES PROPOSTAS

- Realizar diagnóstico sobre as demandas de melhorias, adaptações e modernização de equipamentos necessárias para atender toda a população, em especial pessoas de 60 anos ou mais.
- Realizar estudo sobre oportunidades e desafios para geração de renda para a população de 60 anos ou mais;
- Desenvolver programa que compreenda ações de:
 - | apoio à geração de renda de pessoas com 60 anos ou mais;
 - | plano de ação para equipamentos que necessitem de investimentos;
 - | indicação de infraestruturas novas necessárias para requalificar os espaços urbanos;
 - | fomento a mecanismos e instrumentos financeiros e de parceria para conectar micro e pequenas empresas com as demandas por reformas, construção e manutenção de equipamentos e infraestruturas de requalificação urbana, com preferência para empresas locais.
- Construir plataforma voltada ao apadrinhamento de serviços e atividades por empresas instaladas no território metropolitano.
- Elaborar edital conjunto para contratação de serviços para equipamentos não apadrinhados, utilizando os critérios de preferência previstos na legislação do Simples.
- Criar plano estratégico de ampliação das redes de formação, capacitação e qualificação profissionais, como Etecs/Fatecs, com cursos e especialidades, em consonância com as demandas locais de emprego, oferecidos a pessoas acima de 60 anos.
- Manter monitoramento, avaliação e aprimoramento das ações previstas.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 06 – MPEs 3

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática Metropolitana de Esportes e Lazer
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e Centro Paula Souza
- Sebrae
- Entidades empresariais

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Programa de Desenvolvimento Urbano – Pró-Cidades
- BNDES Finem – Desenvolvimento Integrado dos Municípios
- Governo Estadual – Banco do Povo Paulista, Empreenda Mulher, Empreenda Rápido*

*As fontes de financiamento acima citadas são linhas direcionadas à pessoa jurídica.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 07 – Cidades inteligentes 1

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico

FPIC: Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-016, SC-032 C

TÍTULO: PE DEAS-07 | Promoção de políticas públicas regionais de “Cidades Inteligentes”

CONTEXTUALIZAÇÃO

A RMVPLN possui relevância nacional e internacional em tecnologias capazes de contribuir para a adoção de programas de cidades inteligentes. Em 2022, São José dos Campos foi a primeira cidade brasileira certificada como Cidade Inteligente, entre outras 80 no mundo, título concedido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Segundo a União Europeia, Smart Cities são sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida, incorporando tecnologias de informação e comunicação a serviço da sociedade. Os processos de incorporação tecnológica, em especial as TICs, na prestação de serviços e na interação entre diferentes serviços são considerados serviços inteligentes.

As cidades inteligentes são portanto aquelas que já usam os recursos tecnológicos como principais aliados para aumentar o bem-estar dos cidadãos e fornecer soluções mais eficientes, sustentáveis e serviços e ambientes urbanos inclusivos, como parte de um processo colaborativo e multissetorial. Com a entrada do 5G no Brasil cresce a busca por soluções integradas que venham sustentar as iniciativas de cidades inteligentes existentes no país, que, por enquanto, apesar de eficientes, ainda são desintegradas. Aqui, o tema está relacionado ao uso de tecnologia na organização das cidades. Hoje, há vários bons exemplos de melhoria da qualidade de gestão de cidades inteligentes aplicados no país, e a tendência é de um salto na utilização de novas tecnologias integradas ao saneamento, por meio da transformação do lixo em energia e a reciclagem de resíduos. Também na economia compartilhada, na mobilidade urbana, coletivos sob demanda, iluminação pública eficiente e outras boas práticas com atributos de tecnologia e, principalmente, tecnologia integrada com foco na melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Vale ressaltar, contudo, que se deve estar atento para que o uso de tecnologia não venha intensificar as desigualdades entre diferentes grupos sociais. Ações de tecnologia sem direcionamento podem até agravar, por exemplo, a falta ou a deficiência no acesso a serviços urbanos básicos.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 07 – Cidades inteligentes 2

OBJETIVOS

- Promover estratégias para políticas públicas regionais de Cidades Inteligentes.
- Estimular a conectividade em toda a região.

DIRETRIZES

- Considerar as especificidades e vocações sub-regionais para promoção de políticas de municípios inteligentes.
- Compreender necessidades específicas das políticas urbanas que possam ser apoiadas por soluções digitais.
- Estimular o desenvolvimento, o uso e o compartilhamento de soluções digitais que ajudem a implementar instrumentos de informação, planejamento, gestão e governança.
- Nortear o conceito de municípios inteligentes, considerando a tecnologia, a inovação e a pesquisa como base para redução das desigualdades socioeconômicas, justiça social e melhoria da qualidade de vida de todos.
- Pactuar uma visão comum sobre cidades inteligentes no contexto metropolitano, a fim de articular diretrizes, programas, ações e investimentos.
- Garantir o acesso da população à conectividade.
- Promover sistemas integrados, parcerias viáveis entre municípios e mecanismos de financiamento com capacidade de envolver a sociedade de maneira qualitativa.
- Estimular o acesso equitativo à internet de qualidade para todas as pessoas.

Considerar o recorte de gênero e raça como mecanismo de redução das desigualdades para uma cidade inteligente, humana e inclusiva.

AÇÕES PROPOSTAS

- Estruturar, caracterizar e qualificar o conceito regional de municípios inteligentes na RMVPLN.
- Identificar municípios com potencial de integrar as diretrizes de municípios inteligentes.
- Desenvolver ações de sensibilização e engajamento junto às prefeituras no âmbito da temática.
- Estruturar plano de ação de estímulo e apoio aos municípios para atendimento aos aspectos e parâmetros de municípios inteligentes pela perspectiva regional, como, por exemplo, ajustes nas legislações locais para aprimoramento da conectividade.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 07 – Cidades inteligentes 3

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico
- Anatel
- Abrintel

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Programa de Desenvolvimento Urbano – Pró-Cidades
- Finep – Financiadora de Inovação e Pesquisas
- BNDES – Fundo de Coinvestimento Anjo para startups inovadoras
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Iniciativa para a Promoção de Bens Públicos Regionais (BPR)
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) – Programas de Desenvolvimento Sustentável e Integração Regional

Algumas modalidades de financiamento são para pessoas jurídicas.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 1 – Erradicação da Pobreza
- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 10 – Redução das Desigualdades

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 08 – Comunidades Tradicionais 1

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Atendimento Social

FPIC: Atendimento Social

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: SC-011; SC-133 B; SC-135 B; SC-139 B; SC-145 B; SC-182 B

TÍTULO: PE DEAS-08 | Promoção de políticas públicas regionais para territórios quilombolas, terras indígenas e comunidades tradicionais da região

CONTEXTUALIZAÇÃO

A RMVPLN abriga um conjunto de territórios e comunidades tradicionais que fazem parte do patrimônio cultural da região, por sua importância sociocultural, ambiental e histórica. No presente trabalho, foram mapeadas duas Terras Indígenas (TI) da Etnia Guarani e três Territórios de Comunidades Quilombolas, na sub-região do Litoral Norte (P5), que também possui comunidades caiçaras, com aspectos culturais relevantes.

OBJETIVO

Valorizar e estimular o desenvolvimento sustentável das comunidades e territórios tradicionais.

DIRETRIZES

- Compreender as dinâmicas sociocultural e econômica dos territórios e comunidades tradicionais da região.
- Promover ações integradas de valorização e desenvolvimento sustentável do patrimônio cultural de comunidades e territórios tradicionais.
- Garantir mecanismos de participação cidadã das comunidades tradicionais (consultiva e deliberativa).
- Orientar ações de desenvolvimento específico para mulheres.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 08 – Comunidades Tradicionais 2

AÇÕES PROPOSTAS

- Realizar diagnóstico situacional sociocultural e econômico da população e de territórios tradicionais, com recorte de gênero e raça, entre outros.
- Desenvolver programa participativo para valorização do patrimônio cultural da região, que considere a diversidade e especificidades entre grupos.
- Propor mecanismos de geração de renda que respeite as tradições e fortaleça a população tradicional como agentes de proteção, conservação e regeneração ambiental.
- Fomentar parcerias para formação cidadã da população tradicional da região.
- Implementar, monitorar e estimular melhorias constantes do programa.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania
- Prefeituras municipais
- Conselhos municipais de políticas públicas

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Ministério da Justiça e Segurança – Fundo de Defesa de Direitos Difusos

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 10 – Redução das Desigualdades
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes
- ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 08 – Ciência e Tecnologia 1

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico

FPIC: Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: SC-133 C; SC-135 C; SC-139 C; SC-145 C; SC-182 C

TÍTULO: PE DEAS-09 | Promoção de políticas públicas regionais voltadas ao desenvolvimento científico-tecnológico e à economia criativa

CONTEXTUALIZAÇÃO

A rápida difusão de novas tecnologias está desencadeando mudanças que são de longo prazo e irreversíveis, com consequências de longo alcance. A aceleração do desenvolvimento tecnológico, multidisciplinar e transversal é fato, e as aplicações tecnológicas serão cada vez mais integradas. A disrupção digital, com o uso de inteligência artificial, internet das coisas e big data, poderá influenciar e revolucionar o agronegócio, a medicina, a manufatura e a energia. A digitalização de informações, serviços, mercados, transações e interação social se intensificará.

Nesse contexto, a RMVPLN possui relevância significativa quanto ao desenvolvimento científico-tecnológico e à economia criativa. O tema tem como núcleo o município de São José dos Campos. O desenvolvimento e a industrialização do município esteve intimamente ligado à tecnologia, desde a criação do Centro Técnico de Aeronáutica, em 1946 (mais tarde denominado Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)), de onde se originaram o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Embraer – formando o primeiro e grande ecossistema tecnológico do país. O parque tecnológico é o principal representante da grande frente tecnológica da cidade, e atualmente passa por um momento de grande expansão. A cadeia produtiva se forma por meio de uma intensa sinergia entre instituições de ensino e pesquisa e empresas do setor aeroespacial. Também está presente na região o Centro para Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista (Cecompi). Em 2016, houve a fusão do Cecompi com o Parque Tecnológico de São José dos Campos, formando o maior e mais estruturado complexo de inovação e empreendedorismo do país, referência nacional e internacional em pesquisa, inovação e tecnologia, contemplando o Cluster Aeroespacial e Defesa, APL TIC Vale, Escritório de Projetos e Negócios, programas de incubadoras de empresas e Galerias do Empreendedor. O complexo conta com mais de 300 empresas, entre residentes, incubadas e associadas, e seis universidades instaladas.

Há grande capacidade nessa área na região devido à presença de centros de pesquisa com relação direta com a oferta de serviços e com o desenvolvimento das atividades econômicas locais. Os setores de saúde, biotecnologia, tecnologia da informação e bioenergia são exemplos potenciais e com forte integração às bases produtivas existentes. Há também potencial fortalecimento do ecossistema de inovação com a capacidade de expansão para além de São José dos Campos.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 08 – Ciência e Tecnologia 2

OBJETIVOS

- Incentivar vetores de desenvolvimento regional por meio do desenvolvimento científico-tecnológico e da economia criativa.

DIRETRIZES

- Considerar os ativos de riqueza cultural, como manifestações culturais, produção artística, entre outros, como fontes de riqueza econômica.
- Identificar, reconhecer e incentivar sítios com vocação para instalação de novos eixos de tecnologia.
- Trabalhar em conjunto com o Parque Tecnológico de São José dos Campos para transferência de tecnologia, a fim de que novos arranjos científicos e tecnológicos sejam desenvolvidos, fortalecendo vocações e potencialidades sub-regionais.
- Estimular a adoção de práticas que considerem a diversidade de dinâmicas socioeconômicas nas sub-regiões, e que impulsionem a harmonização de oportunidades e a redução das desigualdades.
- Alinhar vetores de desenvolvimento regional com as políticas de incentivo, como ciência, inovação, tecnologia, turismo sustentável, produção agroecológica e aquicultura de baixo impacto.
- Promover reformas regulatórias e atualização de políticas para melhor aproveitamento digital, incentivo ao financiamento privado de iniciativas empreendedoras, aumento da segurança jurídica para novos modelos de negócios, incluindo compras públicas e negócios de inovação.
- Considerar o recorte de gênero e raça como mecanismo de redução das desigualdades no fomento ao desenvolvimento científico e economia criativa.

AÇÕES PROPOSTAS

- Identificar as principais áreas de conhecimento que se posicionam como tendência e vocação para a região e que poderão ser estimuladas.
- Elaborar plano para o desenvolvimento das atividades econômicas da região que tenha como premissa adoção de novos modelos direcionados ao desenvolvimento sustentável.
- Definir mecanismos e ações de incentivo para articular cadeias de conhecimento.
- Estimular parcerias, convênios e acordos de cooperação inovadores.

Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – 08 – Ciência e Tecnologia 3

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional
- Secretarias municipais de desenvolvimento econômico ou de C&T

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Programa de Desenvolvimento Urbano – Pró-Cidades
- Finep – Financiadora de Inovação e Pesquisas*
- BNDES – Fundo de Coinvestimento Anjo para startups inovadoras*
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Iniciativa para a Promoção de Bens Públicos Regionais (BPR)
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) – Programas de Desenvolvimento Sustentável e Integração Regional

*Algumas modalidades de financiamento são para pessoas jurídicas.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

Propostas para as FPICs

Tema: Transporte e Sistema Viário

- 1- Implantar o Corredor Verde Metropolitano de Transportes;
- 2 - Promover ajustes no sistema viário metropolitano para mitigar os conflitos do tráfego rodoviário com tráfego local;
- 3 - Garantir a manutenção das estradas vicinais;
- 4 - Promover a integração do transporte intermunicipal;
- 5 - Estimular a implantação de outros modais de sistema de transporte - ferrovias, hidrovias e ciclovias.

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 01 – Corredor verde metropolitano de transportes 1

TEMA: Transporte e Sistema Viário

SUBTEMA: Transporte

FPIC: Transporte e Sistema Viário Regional

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-015 A; PP-017 A; PP-024; PP-035 A; SC-122; SC-181 A

TÍTULO: PE TSV-01 Implantação do Corredor Verde Metropolitano de Transportes

CONTEXTUALIZAÇÃO

A RMVPLN é servida por algumas das mais importantes rodovias do Estado de São Paulo, tendo a Rodovia Presidente Dutra como o mais relevante eixo de mobilidade da região. A Via Dutra (BR 116), além de ligar os maiores polos de desenvolvimento do país, também funciona como acesso ao turismo religioso e a uma gama de deslocamentos pendulares para trabalho, estudo e serviços de saúde, entre outros. Com o tempo, a rodovia passou a servir também de grande eixo de mobilidade local, atendendo ligações intrabairros em várias cidades da região.

Nos estudos da mobilidade da região, percebe-se a necessidade de criar um novo eixo de mobilidade para reduzir o grande fluxo de veículos na Via Dutra, que seja eficiente e de menor impacto ambiental.

A proposta de executar, em via segregada, um corredor intermodal que contemple uma linha de VLP (Veículo Leve sobre Pneus), ciclovia e pista de caminhada com serviços para suprir esses deslocamentos, traz uma alternativa ao forte turismo religioso da região, criando um grande eixo de mobilidade intermodal, moderna e sustentável.

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 01 – Corredor verde metropolitano de transportes 2

OBJETIVOS

- Reduzir o congestionado tráfego de veículos na Rodovia Presidente Dutra e o número de acidentes nessa via, ligando as cidades de Jacareí a Aparecida;
- Incentivar a utilização de transporte coletivo para esses deslocamentos ofertando qualidade de vida através desse novo modal de transporte, moderno, confortável e sustentável. A proposta é de que esse Corredor Verde seja construído na faixa da Linha de Transmissão que ladeia a Via Dutra.
- Atender o crescente número de usuários de bicicleta da região através desse novo eixo cicloviário do Projeto Corredor Verde onde se insere também uma pista para a caminhada, com serviços, atendendo o roteiro da Fé onde anualmente um grande número de peregrinos arrisca a vida em caminhada para a Basílica de Nossa Senhora Aparecida no acostamento da Via Dutra.

DIRETRIZES

- Considerar o projeto da Linha Verde em execução na cidade de São José dos Campos.
- Prover ligação com o aeroporto de São José dos Campos atendendo a característica nacional do turismo da região.

AÇÕES PROPOSTAS

- Desenvolver estudo de viabilidade para a implementação do corredor:
 - | Identificar mecanismos e instrumentos financeiros e econômicos para viabilizar a área necessária.
- Elaborar estudo específico em conjunto com a EMTU para definir as paradas desse corredor e os locais de serviços para atendimento aos turistas, especialmente relacionados ao turismo religioso.
- Instituir a Rota da Imaculada / Caminho da Fé na faixa exclusiva de pedestre.
- Reservar a área da linha de transmissão da antiga Cetep, hoje ISA Colombiana, em todas as cidades do Eixo da Dutra, para extensão do Projeto Linha Verde, com implementação da linha de VPL. Este modal sustentável deverá articular a RMVPLN até Aparecida, na primeira fase, podendo transpor a Via Dutra e seguir de Guaratinguetá a Queluz numa segunda fase.
- Criar instância regional com participação dos municípios beneficiados para estruturar o projeto e captar recursos para seu financiamento.

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 01 – Corredor verde metropolitano de transportes 3

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos
- Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
- Prefeituras locais
- Governança do Santuário de Aparecida

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) – Avançar Cidades – Mobilidade Urbana
- BNDES – Finem – Mobilidade Urbana
- Governo Estadual – Desenvolve SP – Via São Paulo
- BID – Programa Transporte Setor Privado (Concessão/PPPs)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 02 – Conflitos tráfego local e regional 1

TEMA: Transporte e Sistema Viário

SUBTEMA: Transporte e Sistema Viário Regional

FPIC: Transporte e Sistema Viário Regional

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-002; PP-035 B; SC-081

TÍTULO: PE TSV-02 / Promover ajustes no sistema viário de algumas sub-regiões para mitigar conflitos do tráfego rodoviário com tráfego local

CONTEXTUALIZAÇÃO

As transformações intraurbanas mais evidentes têm como principais impulsionadores os potentes eixos rodoviários, que se convertem em importantes vetores da urbanização em escala regional e dialogam com os atributos físico-territoriais. Estas conexões regionais trazem um diferencial logístico que suporta a produção industrial, a atividade rural, os serviços, a interiorização do trabalho, da mão de obra e da moradia, que se dissipam em núcleos intermediários e conectados entre si.

Os eixos rodoviários permitem a interação entre São José dos Campos e as centralidades internas à RM, e também integram a Macrometrópole Paulista e a conexão com portos e aeroportos do Estado.

O conflito entre a rodovia e o viário urbano foi apontado em algumas oficinas sub-regionais como causa de transtorno e comprometimento da qualidade de vida da população diretamente afetada. São exemplos a situação de Caraguatatuba, no litoral, cujo problema deverá ser mitigado com a finalização dos anéis de contorno da Rodovia dos Tamoios, e do município de Piquete, no Vale do Paraíba.

OBJETIVO

Ampliar vias estruturantes na Rodovia Carvalho Pinto, a fim de atender as demandas do turismo regional e do desenvolvimento econômico da RMVPLN, como previsto na Assembleia Legislativa de São Paulo na Indicação no 1.221, de 2019.

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 02 – Conflitos tráfego local e regional 2

DIRETRIZ

- Promover a interlocução entre a agência reguladora (ANTT e Artesp), as concessionárias e a administração municipal, no sentido de priorizarem, nas rodovias concedidas, obras de anéis viários, vias de contorno municipais e acessos semelhantes.

AÇÕES PROPOSTAS

- Elaborar, planejar e desenhar possíveis rotas a serem implantadas.
- Definir um plano de mobilidade regional, com prioridades, fontes de financiamento e matriz de responsabilidade.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática de Mobilidade
- Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos
- Secretaria Estadual de Logística e Transportes
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) – Avançar Cidades Mobilidade Urbana
- Programa Pró-Cidades
- BNDES – Finem – Desenvolvimento Integrado dos Municípios
- Governo Estadual – Desenvolve SP – Via São Paulo

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 02 – Estradas vicinais 1

TEMA: Transporte e Sistema Viário

SUBTEMA: Transporte e Sistema Viário Regional

FPIC: Transporte e Sistema Viário Regional

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-004; PP-010; PP-015 B; PP-017 B; PP-035 C; SC-016

TÍTULO: PE TSV-03 | Garantir a manutenção das estradas vicinais

CONTEXTUALIZAÇÃO

As estradas vicinais, que conectam os municípios menores e escoam a produção rural, têm sido usadas pelo transporte de carga como rotas alternativas para fuga de pedágios. A prática vem contribuindo para a rápida deterioração das vicinais, cuja manutenção é feita pelos municípios. Sem condições de arcar com esses custos, os municípios, por sua vez, necessitam de apoio do governo do estado para continuar com a manutenção.

OBJETIVOS

- Promover a articulação entre municípios para realizar a manutenção das estradas vicinais de forma compartilhada (equipamentos e mão de obra) para otimizar os custos e garantir a qualidade das vicinais.
- Orientar os municípios para, em conjunto com as concessionárias e a agência reguladora estadual, estudar e implantar pedágios em locais que inibam a fuga e a utilização indevida das vicinais.

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 02 – Estradas vicinais 2

DIRETRIZES

- Articular a participação dos municípios da região nos programas estaduais relativos às estradas vicinais, a exemplo do Programa Melhor Caminho da Secretaria da Agricultura e do Programa Novas Vicinais do DER.
- Melhorar a qualidade das rodovias e estradas vicinais na região.
- Prover soluções viárias que reduzam a sobrecarga em estradas vicinais, que podem acarretar em sobrecarga em outras infraestruturas urbanas.
- Recapear a SP 55.
- Inibir tráfego no local e buscar estratégias de pagamento de tarifa de pedágio proporcional ao trecho percorrido.
- Asfaltar a rodovia que liga Natividade da Serra à Rodovia dos Tamoios.

AÇÕES PROPOSTAS

- Estruturar ações efetivas de manutenção de vias importantes e das vicinais no contexto regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte.
- Realizar obras de manutenção das infraestruturas de mobilidade locais e regionais.
- Adequar sistema viário, como calçamento, sinalização, iluminação, por meio da articulação com demais organizações relacionadas ao sistema viário.
- Buscar mecanismos de fomento para viabilizar os municípios a suprirem a necessidade local de manutenção das vias.

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 02 – Estradas vicinais 3

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática de Transporte e Sistema Viário
- Câmara Temática sobre Desenvolvimento Social
- Secretaria Estadual de Logística e Transportes
- Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)
- Gestores Estaduais do Programa Viva o Vale

Possíveis fontes financeiras

- Governo Estadual – Desenvolve SP – Via São Paulo

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 04 – Transporte intermunicipal 1

TEMA: Transporte e Sistema Viário

SUBTEMA: Transporte e Sistema Viário Regional

FPIC: Transporte e Sistema Viário Regional

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-035 D; PP-037; SC-023

TÍTULO: PE TSV-04 | Promover a integração do transporte intermunicipal

CONTEXTUALIZAÇÃO

A organização e a integração do transporte intermunicipal são fundamentais para melhorar as condições de acesso ao trabalho, estudo, turismo e lazer na região. O transporte coletivo intermunicipal está presente nos municípios mais populosos e de maior expressão na economia regional. Porém, como apontado no diagnóstico, uma parte expressiva deles não é servida por transporte intermunicipal.

OBJETIVOS

- Qualificar as redes de mobilidade de transporte de carga e transporte coletivo e público existentes, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios.
- Melhorar a ligação entre cidades integrantes da Rota da Fé.
- Melhorar a mobilidade e a qualidade de vida da população e evitar grandes fluxos de carros particulares de turistas nas vias com pouca infraestrutura.

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 04 – Transporte intermunicipal 2

DIRETRIZES

- Elaborar estudo participativo que organize as informações dos sistemas de transporte coletivo municipal e intermunicipal e analise a integração entre os modos de transporte e as demandas não atendidas pela rede de transportes existente.
- Incentivar corredores de transporte para a região metropolitana.
- Elaborar um Plano de Mobilidade Regional que articule os transportes públicos municipal e o intermunicipal e preconize a integração entre os diferentes modos de transporte, além da melhoria da acessibilidade e da mobilidade das pessoas e cargas no território metropolitano.
- Considerar os estudos e planos de mobilidade existentes para os diferentes municípios da região quando da elaboração do Plano de Mobilidade Regional.
- Alinhar as propostas existentes, e a serem elaboradas, para a região metropolitana com os Programas e Projetos estaduais, a exemplo do PAM-TL, otimizando recursos.
- Buscar a integração física, operacional e tarifária dos sistemas de transporte municipais e intermunicipais da região, estudando mecanismos e a viabilidade dos subsídios.
- Incentivar a diversificação e a utilização de diferentes modos de transporte (rodoviário, hidroviário, ferroviário e ciclovitário), promovendo a articulação entre eles, e preconizando soluções que atendam aos princípios de sustentabilidade, equidade, gestão participativa e inclusão social.
- Incentivar ao uso de modais não motorizados, como bicicletas, com implantação e conexão de ciclovias, melhoria de calçadas, travessias acessíveis e circuitos para pedestres.
- Preconizar a melhoria das condições de mobilidade da população com mobilidade reduzida.
- Incentivar o transporte hidroviário, apoiando projetos de melhoria da infraestrutura hidroviária.
- Incentivar o uso de combustível limpo no sistema de transportes, incluindo, sempre que possível, critérios e incentivos nas concessões do transporte público.
- Apoiar a utilização de sistemas tecnológicos de apoio à gestão, fiscalização e monitoramento da operação dos sistemas de transportes e de informações aos usuários.

AÇÕES PROPOSTAS

- Promover a interlocução entre a agência reguladora (ANTT e Artesp), as concessionárias e a administração municipal, no sentido de priorizarem, nas rodovias concedidas, obras de anéis viários, vias de contorno municipais e acessos semelhantes.
- Apoiar a elaboração de projeto para estudo de alternativas à ligação viária entre os municípios.
- Elaborar projeto com especificação do tipo de veículo sustentável.
- Implantar projeto e testagem para transporte Aquaviário no Litoral Norte.

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 04 – Transporte intermunicipal 3

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática de Mobilidade;
- Secretaria Estadual de Logística e Transportes
- Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Estadual de Turismo e Economia Criativa
- Concessionárias
- Conselho Regional Metropolitano
- Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP)
- Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) – Avançar Cidades – Mobilidade Urbana
- BNDES – Finem – Mobilidade Urbana
- Governo Estadual – Desenvolve SP – Via São Paulo
- BID – Programa Transporte
- Setor privado (Concessão/PPPs)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 05 – Outros modais de transporte 1

TEMA: Transporte e Sistema Viário

SUBTEMA: Transporte e Sistema Viário Regional

FPIC: Transporte e Sistema Viário Regional

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-035 D, SC-023

TÍTULO: PE TSV-05 | Estimular a implantação de outros modais de sistema de transporte

CONTEXTUALIZAÇÃO

A RMVPLN ocupa posição estratégica entre as duas regiões metropolitanas mais importantes do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Sua infraestrutura de transportes, uma das mais importantes do Brasil, é cortada pela Rodovia Presidente Dutra (BR-116) e pela malha ferroviária que faz a ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Apresenta duas vocações distintas: transporte de cargas, atendendo a um grande número de indústrias, principalmente no eixo da Rodovia Presidente Dutra da RM; e como portal turístico, especialmente para o Santuário Nacional Nossa Senhora Aparecida, para cidades da Serra da Mantiqueira, como a estância turística de Campos do Jordão, e para municípios do litoral norte paulista, como Ilhabela, Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba, além de Paraty e Angra dos Reis, no litoral sul fluminense.

A implantação de novos modais não só amplia a acessibilidade regional como também leva consigo grande potencial para a indução de novas centralidades e mobilização de instrumentos urbanísticos para reordenamento de transformação local.

OBJETIVOS

- Estimular a implantação de novas modalidades de transporte de pessoas e cargas.
- Integrar as modalidades de transporte da região.

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 05 – Outros modais de transporte 2

DIRETRIZES

- Implementar, modernizar, incentivar e fortalecer as modalidades de transporte público hidroviário, ferroviário e cicloviário intermunicipais.
 - As modalidades devem seguir parâmetros sustentáveis, que garantam o menor impacto socioambiental e, quando possível, dar suporte a alternativas de regeneração ambiental e desenvolvimento socioeconômico.
 - Estímulo ao uso de transportes elétricos e híbridos, eletrificação da mobilidade, entre outras alternativas de emissão de carbono zero.
- Considerar o recorte de gênero e raça como mecanismo de redução das desigualdades no acesso de qualidade ao transporte.

AÇÕES PROPOSTAS

- Elaboração de diagnósticos e estudos sobre potencialidades de implantação de sistemas ferroviários, hidroviários e cicloviários na região metropolitana.
- Desenvolvimento de plano e projetos para implementação de ferrovias, hidrovias e ciclovias na região metropolitana.
- Implantação do projeto e testagem, junto à EMTU, da nova fase de transporte aquaviário no Litoral Norte.

Propostas para as FPICs – Transporte e Sistema Viário 05 – Outros modais de transporte 3

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Câmara Temática de Mobilidade Regional
- Secretaria Estadual de Logística e Transporte
- Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos
- Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) – Avançar Cidades – Mobilidade Urbana
- BNDES – Finem – Mobilidade Urbana
- Governo Estadual – Desenvolve SP – Via São Paulo
- BID – Programa Transporte
- Setor privado (Concessão/PPPs)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>

pdui@fipe.org.br